

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

EZEQUIEL CAPELETTE

A LIDERANÇA REGIONAL BRASILEIRA NO INÍCIO DO
SÉCULO XXI:
VISÕES EXTERNAS

Porto Alegre

2009

EZEQUIEL CAPELETTE

A LIDERANÇA REGIONAL BRASILEIRA NO INÍCIO DO
SÉCULO XXI:
VISÕES EXTERNAS

Monografia apresentada ao curso de Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais

Orientador: Prof. Dr. André Luiz Reis da Silva

Porto Alegre

2009

EZEQUIEL CAPELETTE

A LIDERANÇA REGIONAL BRASILEIRA NO INÍCIO DO
SÉCULO XXI:
VISÕES EXTERNAS

Monografia apresentada ao curso de Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais

Data de Aprovação:

Banca Examinadora

Prof. Dr. André Luiz Reis da Silva – Orientador

Prof. Dr. Paulo Gilberto Fagundes Vizentini – UFRGS

Prof. Dr. Luiz Augusto Estrella Faria – UFRGS

À minha mãe, Remilde, uma verdadeira batalhadora;

Ao meu pai, Luiz (in memoriam), um eterno exemplo de vida, ao lado de quem passei os melhores e mais felizes momentos de minha vida;

Ao meu filho, Gustavo, um motivo de constantes alegrias.

AGRADECIMENTOS

Durante a elaboração deste trabalho e ao longo de todo o período da graduação, há várias pessoas que me apoiaram e auxiliaram, de uma forma ou de outra, aos quais não poderia deixar de agradecer.

Aos colegas, cujos debates tanto em aula quanto fora dela foram essenciais para a minha formação e também pelo seu companheirismo e enorme amizade construída.

À Universidade, por me proporcionar um ambiente institucional de estudo altamente qualificado e gratuito.

Ao meu orientador, André Luiz Reis da Silva, pela paciência, dedicação e valiosa contribuição para o trabalho.

À tia Marissonia e à Rose, por me proporcionarem uma experiência ímpar e uma oportunidade única de aprimorar meu inglês, tão importante durante a graduação.

Aos tios Adilar e Ildete, pela contribuição dada à minha formação pessoal e intelectual, cujos diálogos sempre construtivos muito me ensinaram.

À Francine, pelo companheirismo e cumplicidade durante os quatro anos de graduação, por estar ao meu lado e me apoiar nos momentos difíceis pelos quais passei.

Ao meu filho, Gustavo, por ser um fator de alegria em todos os momentos de minha vida, uma inspiração e motivo de vida. Tudo o que qualquer papai poderia desejar.

À minha mãe, Remilde, que mostrou-se uma verdadeira guerreira durante a graduação, enfrentando de peito erguido e com todas suas forças todo e qualquer problema que acontecesse. Ao meu pai, Luiz (in memoriam), exemplo eterno de amor à vida e de dedicação incondicional aos filhos, um parceiro com quem contar a qualquer hora, ao lado do qual passei maravilhoso tempo de minha vida. Uma pessoa que sempre se esfoçou para estar presente aqui neste momento, para ver a concretização de um sonho, um filho seu concluindo o ensino superior, mas que, infelizmente, teve sua vida abreviada. Aos dois, pelo seu valor incomparável, pelo financiamento de meus estudos em Porto Alegre, pelo grande incentivo aos meus estudos, pelo amor incondicional, pelo carinho e pela confiança que depositaram em mim, a fim de que eu pudesse concluir a graduação.

“Que fazer? Da literatura à ecologia, da fuga das galáxias ao efeito de estufa, do tratamento do lixo às congestões do tráfego, tudo se discute neste nosso mundo. Mas o sistema democrático, como se de um dado definitivamente adquirido se tratasse, intocável por natureza até à consumação dos séculos, esse não se discute. Ora, se não estou em erro, se não sou incapaz de somar dois e dois, então, entre tantas outras discussões necessárias ou indispensáveis, é urgente, antes que se nos torne demasiado tarde, promover um debate mundial sobre a democracia e as causas da sua decadência, sobre a intervenção dos cidadãos na vida política e social, sobre as relações entre os Estados e o poder económico e financeiro mundial, sobre aquilo que afirma e aquilo que nega a democracia, sobre o direito à felicidade e a uma existência digna, sobre as misérias e as esperanças da humanidade, ou, falando com menos retórica, dos simples seres humanos que a compõem, um por um e todos juntos. Não há pior engano do que o daquele que a si mesmo se engana. E assim é que estamos vivendo.”

José Saramago

“Com efeito, não existe uma política exterior autónoma e outra, subordinada: a subordinação é a negação da política exterior”.

José Paradiso

RESUMO

Com a inserção mais incisiva da diplomacia brasileira a partir do início do século, que passou a ter um âmbito mais global, passaram a surgir especulações acerca da possibilidade do país ter um papel de maior destaque na região, atuando como líder. Este trabalho tem como objetivo analisar qual a visão que os dois principais países da região depois do Brasil, a Argentina e a Venezuela, tem acerca da possível liderança regional brasileira. No início deste trabalho apresenta-se um breve histórico das políticas externas dos dois países a fim de situar o relacionamento destes países com o Brasil. Em seguida, analisa-se, através de pesquisas em discursos dos presidentes e de seus chanceleres, e também em publicações de importantes pensadores locais na área de relações internacionais e na imprensa escrita, como estes países, durante os governos de Hugo Chávez e de Néstor Kirchner, veem a liderança brasileira na região. Desta forma, o estudo sugere que em ambos países há três visões principais acerca da liderança brasileira na região que coexistem, afetando a representação brasileira da região.

PALAVRAS CHAVE: Liderança regional brasileira; Argentina; Brasil; Venezuela; política externa; relações internacionais; América do Sul.

ABSTRACT

With the more incisive insertion of the Brazilian diplomacy that started to have a global field of action in the beginning of the century, speculations concerning the possibility of the country to have a more highlighted role in the region, acting as a leader, started to arise. This essay has as objective to analyze what is the view that both Argentina and Venezuela, the main countries in the region after Brazil, have concerning the possible Brazilian regional leadership. In the beginning of this paper it is presented a brief historic of the foreign policies of both countries in order to situate this countries' relationship with Brazil. Then, it is analyzed, through researches in the presidents' and his foreign relations ministers' discourses, and also in publications of important local thinkers in the international relations area and in the written press, how this countries, during Hugo Chavez and Néstor Kirchner governments, see the Brazilian leadership in the region. Thus, the study suggests that in both countries there are three main views concerning the Brazilian leadership in the region that coexist, affecting the Brazilian representation of the region.

KEY WORDS: Brazilian regional leadership; Argentina; Brazil; Venezuela; foreign policy; international relations; South America.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	10
2. ARGENTINA.....	13
2.1. A POLÍTICA EXTERNA ARGENTINA DA GUERRA FRIA AO SÉCULO XXI	13
2.1.1. A Política Externa Durante a Guerra Fria.....	13
2.1.2. A Política Externa de Menem.....	17
2.1.3. Os Governos De la Rúa e Duhalde.....	21
2.1.5. O Governo de Néstor Kirchner.....	24
2.2. O BRASIL NA VISÃO DA ARGENTINA DE KIRCHNER.....	28
2.2.1. Uma Parceria Estratégica.....	28
2.2.2. Liderança do Brasil.....	31
2.2.3. Críticas à Tentativa de Liderança.....	35
3. VENEZUELA.....	40
3.1. DA DEMOCRACIA À ABERTURA NEOLIBERAL.....	40
3.1.1. A Política Externa Venezuelana dos Anos 50 aos Anos 80.....	40
3.1.2. Os Governos Neoliberais de Carlos Andrés Perez e de Rafael Caldera.....	44
3.2. A ASCENSÃO DE CHÁVEZ.....	47
3.2.1. O Início do Governo e a Nova Constituição.....	47
3.2.2. Política Externa de Hugo Chávez nos dois Primeiros Mandatos	49
3.3. VISÕES DO BRASIL NA VENEZUELA.....	54
3.3.1. Competidores.....	54
3.3.2. Parceiros.....	60
3.3.3. Brasil Líder.....	62
4. CONCLUSÃO.....	66
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	71

1. INTRODUÇÃO

A questão investigada neste trabalho é como a Argentina e a Venezuela veem a possibilidade de o Brasil assumir o papel de líder na América do Sul. Também foi analisada a possibilidade do Brasil alcançar o status de líder na região, sendo interpretada a liderança nesta monografia no sentido dado por Arrighi, como uma liderança hegemônica, sendo conduzida numa direção desejada, que seja reconhecida pelos outros países como “buscando um interesse geral” e, além desta, para a representação da região perante os outros países do cenário internacional. O conceito envolveria principalmente a liderança por consentimento, que, para Arrighi, implicaria na liderança moral, uma vez que o outro conceito de liderança, aquela do *hard power*, seria através da coerção, o que implicaria no uso da força, atitude contrária aos padrões históricos da diplomacia brasileira¹.

O objetivo central desta monografia é analisar qual a visão que a Argentina e a Venezuela possuem acerca da possibilidade de o Brasil tomar uma postura de liderança no âmbito regional.

A escolha da Argentina e Venezuela como objeto de estudo deveu-se aos seguintes fatores: a importância destes países no cenário regional, uma vez que são os dois mais importantes países da região após o Brasil, em vários atributos, dentre eles a economia; o histórico de disputas pela posição de líder regional; a possibilidade de estes países virem a competir com o Brasil pelo status de líder regional.

Durante a maior parte do século passado, houve uma forte competição entre os principais países do continente sulamericano pelo posto de país hegemônico na região. No início do século, a disputa era mais “acirrada” entre Brasil e Argentina. A partir da segunda metade do século, começa a destacar-se na região um outro país, a Venezuela.

O Brasil, que teve sua imagem no continente destacada nas décadas de 1960-70, graças ao “milagre econômico”, continuou com seu Estado desenvolvimentista até os anos 90, quando houve uma mudança de paradigma, adotando o paradigma do “Estado Normal”, tal como conceituado por Cervo e Bueno². Na virada do século, tendo em vista a falha do modelo

¹ ARRIGHI, Giovanni. **O Longo Século XX**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Editora UNESP, 2006. p. 29.

² CERVO, Amado; BUENO, Clodoaldo. **História da Política Exterior do Brasil**. Brasília: Editora da UnB, 2002, 2ª ed.

vigente, o governo brasileiro resolveu retomar uma política externa mais voltada para o desenvolvimento do país, deixando de lado o “Estado Normal”. Com a posse do presidente Luiz Inácio Lula do Silva, em 2003, a prioridade dada à América do Sul se torna mais explícita, além do exposto desejo do país de tornar-se, com o auxílio do regionalismo Sulamericano, um protagonista no cenário internacional.

Diante desta situação de busca de uma melhor inserção no cenário internacional, houve um natural aumento da visibilidade Brasileira no cenário internacional nos anos 2000. Com isto, retornam as especulações acerca da possibilidade de emergência do país como uma liderança regional – objetivo este buscado durante anos, sem sucesso, pelo governo brasileiro, desde a tentativa de tornar-se um representante regional na Liga das Nações. A intenção da presente pesquisa é fugir das convencionais, que se focam no que os pensadores do próprio país pensam sobre a sua liderança, buscando inverter a lógica, qual seja, pesquisar o que outros países pensam sobre esta liderança e seus posicionamentos com relação a este fato.

Foi verificada durante a pesquisa a hipótese de que tanto a Venezuela quanto a Argentina não aceitam a liderança brasileira na região, o que provoca uma competição pela mesma, acarretando em empecilhos para uma maior inserção da região como um todo no cenário internacional.

A pesquisa utilizou diferentes formas de análise. No início, foi realizada uma pesquisa bibliográfica baseada na questão histórica, a fim de apresentar um panorama geral da história das relações internacionais do século XX dos países envolvidos no trabalho, dando especial enfoque em suas políticas externas. Esta continuou durante o estudo, mas como o tempo abordado na análise central do estudo é relativamente curto e recente, foi utilizada a história do tempo presente, baseando-se o estudo em grande parte em análises críticas, dificilmente detentoras da imparcialidade que um maior distanciamento no tempo possa trazer a um trabalho científico.

Ademais, foi feita pesquisa em documentos oficiais, principalmente oriundos dos Ministérios das Relações Exteriores da Argentina e da Venezuela; análise de discurso dos presidentes dos dois países, tendo como ponto de partida a sua posse e também dos Ministros das Relações Exteriores; também a posterior produção científica acerca da influência brasileira na região; pesquisa em trabalhos feitos por pensadores de política externa dos países pesquisados, escritos em revistas especializadas, além de opiniões e editoriais em periódicos dos dois países selecionados no estudo, para inteirar-se da visão do Brasil que é passada à população da Argentina e da Venezuela. Foram buscados diferentes periódicos para que a

pesquisa não fosse baseada apenas na opinião de um conselho editorial. Na Argentina foram utilizados principalmente o *La Nación* e *Clarín*, principais jornais do país, enquanto na Venezuela foram utilizados o *El Universal* e o *El Nacional*. É importante ressaltar a forte divisão existente nos periódicos venezuelanos entre pró-Chavistas e opositores ao presidente. Também foram pesquisados *websites* específicos e diários eletrônicos.

Deve ser destacado que, nestas pesquisas, principalmente no caso venezuelano, houve grande dificuldade em encontrar fontes oriundas da internet. Além da precariedade da grande maioria dos sites, que não possuíam mecanismos mínimos, tais como de busca, há ainda a questão das limitações impostas pelo presidente Hugo Chávez a alguns segmentos da mídia. Fontes interessantes ao trabalho, de um dia para o outro não mais podiam ser encontradas, assim como sites citados amplamente em outras bibliografias não mais existiam. No caso Argentino, foi mais fácil efetuar a pesquisa, uma vez que os mecanismos da internet são melhor preparados.

O trabalho está estruturado em dois capítulos. O primeiro se refere à Argentina e está subdividido em duas partes. A primeira aborda a política externa do país, desde o período de confrontação entre os países pela hegemonia regional durante a Guerra Fria até o governo do presidente Néstor Kirchner. A segunda parte foca as visões existentes neste país durante o governo de Kirchner com relação ao Brasil, dando especial enfoque naquelas que tratam da possível liderança brasileira na região.

O segundo capítulo trata da Venezuela e estrutura-se em três subcapítulos. O primeiro deles aborda a política externa do país desde o Pacto de Punto Fijo até o segundo governo de Rafael Caldera. A segunda parte trata do governo de Hugo Chávez e sua política externa, com enfoque principal até a sua terceira eleição, no ano de 2007. A terceira e última subdivisão trata da visão existente na Venezuela acerca da possibilidade do Brasil assumir o papel de líder regional.

2. ARGENTINA

2.1 A POLÍTICA EXTERNA ARGENTINA DA GUERRA FRIA AO SÉCULO XXI

2.1.1 A Política Externa Durante a Guerra Fria

Por muito tempo, houve uma busca pela hegemonia sub-regional, com uma luta constante pelo aumento do prestígio e pela liderança da América do Sul empreendida, principalmente, entre o Brasil e a Argentina. A preocupação com o aumento do poder do outro era uma constante neste cenário.

O Brasil era visto na Argentina fundamentalmente como um rival – com exceção dos governos de Frondizi, que buscou uma integração com o Brasil, e de Illia, que buscava o entendimento político e a cooperação – pelo menos até finais dos anos 70 e início dos anos 80, quando houve uma guinada nesta visão do Brasil. Até então perdurou o que Cerro chama de “diplomacia da obstrução”³.

A preocupação com o equilíbrio sub-regional e a competição pela influência nos países da região era grande. Um fator que contribuía para a desconfiança e preocupação argentina na região era a histórica aliança brasileira com os Estados Unidos, a qual fazia com que houvesse uma visão do Brasil como sendo um Estado essencial para qualquer futura ação dos Estados Unidos no continente, aumentando a lógica de rivalidade geopolítica existente⁴.

Com o enorme crescimento econômico brasileiro em finais da década de 60 e início dos anos 70 – o chamado “milagre econômico” – as preocupações argentinas com relação ao Brasil se intensificaram.

La agenda de política exterior de la Revolución Argentina (1966-1973) hacia la región fue dominada por una creciente preocupación sobre la marcha ascendente de Brasil, que se reflejaba en el incremento de su gravitación política y económica en América del Sur. El temor al “expansionismo brasileño” y al aislamiento de la

³ CERVO, Amado L. **Relações Internacionais da América Latina: Velhos e Novos Paradigmas**. Brasília: IBRI, 2001. 320 p.

⁴ RUSSELL, Roberto, TOKATLIAN, Juan G. **El Lugar de Brasil en la Política Exterior Argentina**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2003, p. 29.

Cuenca del Plata impulsó a los gobiernos argentinos durante la década del setenta a procurar un acercamiento hacia el Pacífico desde una matriz geopolítica que compartieron civiles y militares.⁵

O principal tema, o mais visível, que dividia os dois países nesta época era a questão da utilização do potencial hidrelétrico dos rios de uso compartilhado – na sua maior parte este debate se deu em torno da construção da usina de Itaipu. Houve ainda o ressurgimento de velhas questões geopolíticas, principalmente graças ao efetivo avanço brasileiro sobre a região⁶. Ao mesmo tempo, é interessante notar que havia uma questão que unia os dois países. Era a questão da energia nuclear, que promovia certa cooperação, uma vez que ambos os países eram favoráveis ao fim de armas nucleares na região, mas contrários ao Tratado de Não Proliferação Nuclear (TNP), por entenderem que este congelaria as relações de poder e de riqueza, ficando estas circunscritas aos países desenvolvidos. Russel e Tokatlian colocam esta questão da relação dos dois países neste período da seguinte forma:

En este contexto, la relación con el país vecino se definió en clave de rivalidad desde dos vertientes: la geopolítica, que ponía el acento en el desequilibrio del poder entre ambos países con una indisimulada invidia por los resultados del “milagro brasileño”; y la teoría de la dependencia, que destacaba el peligro del “subimperialismo brasileño” en la Cuenca del Plata y el papel de Brasil, a partir de una alianza privilegiada con Washington (...) en la región.⁷

Com o crescimento acelerado do Brasil, as preocupações Argentinas passaram a relacionar-se com o seu tamanho em comparação com o tamanho do país vizinho. As diferenças nas taxas de crescimento entre os dois países foram fundamentais na inviabilização da estratégia argentina de equilíbrio de poder.

A medida que la Argentina fue perdiendo poder respecto de Brasil, se comenzó a temer que el destino del país fuese tan sólo el de un “socio menor” de Brasília, una idea que se acompañó, a diferencia de la etapa anterior, por un sentimiento creciente de inferioridad. El inicio del proceso de democratización en la década de 1980 ayudó a desplazar esta visión de rivalidad por la de socio, aunque las preocupaciones por equilibrar poder, tanto en términos políticos como económicos, continuaron presentes.⁸

As diferenças entre os dois países causadas pela questão dos rios diminuíram com a assinatura do Acordo Tripartite sobre Corpus - Itaipu, em 19 de outubro de 1979, entre Brasil, Argentina e Paraguai. Pouco tempo depois, em 1980, dando continuidade ao processo de diminuição de divergências, foi assinado um acordo de cooperação para o desenvolvimento e aplicação de usos pacíficos da energia nuclear.

⁵ Ibid, p. 38.

⁶ CERVO, 2001, op. cit., p. 239.

⁷ RUSSELL e TOKATLIAN, 2003, op. cit., p. 39.

⁸ Ibid, p. 14.

Na primeira metade dos anos 80, ocorreu uma mudança nas políticas externas dos países da América do Sul, que passaram a buscar um processo de integração de longo prazo. Cerro aponta que existem dois fatores que ajudam a explicar esta guinada na forma dos países atuarem no cenário internacional.

Por um lado, a herança do pensamento político e a ação diplomática que, linearmente sob o aspecto teórico e intermitentemente sob o prático, promoveram entendimento e cooperação, embora de alcance limitado; por outro, a superação de entraves históricos e a consequente remoção de entulhos ao movimento de integração dos países da América Latina.⁹

Um importante ponto de inflexão no relacionamento entre Brasil e Argentina foi a Guerra das Malvinas, em 1982. Como a Argentina mantinha relações tanto com os Estados Unidos (maior exportador) quanto com a Rússia (maior importador) à época, o país, após “recuperar” as Ilhas Malvinas do poderio Britânico, sentiu-se, de certa forma, confortável e seguro, pois esperava obter “la mediación y hasta el aval de EE.UU. y/o el respaldo soviético, obligando a Londres a una salida negociada y reposicionando el Estado argentino en la disputada y estratégica área del Atlántico Sur”¹⁰.

Como resposta, a Inglaterra enviou sua frota para o Atlântico Sul e desencadeou uma guerra com a Argentina. A estratégia Argentina mostrou-se completamente errônea e nenhuma das duas potências apoiou o país. Os Estados Unidos apoiaram a Inglaterra, e a União Soviética, por sua vez, não vetou uma resolução da Organização das Nações Unidas (ONU) condenando a ocupação argentina e chegou até mesmo a interromper a compra de grãos da Argentina durante o conflito.¹¹ Quem apoiou a Argentina foram o Movimento dos Países Não Alinhados e os países da América Latina, inclusive o Brasil, que demonstrou enorme solidariedade ao país vizinho.

A derrota Argentina na guerra “fechou um ciclo de resultados catastróficos” de sua política externa¹². A partir deste momento, o Brasil buscou “salvar a unidade da América Latina de forma realista (...) e mirou para o lado do entendimento com a Argentina”¹³.

O novo governo argentino eleito, sob o comando de Raúl Alfonsín, teve que lidar com a alta inflação e com as negociações com o Fundo Monetário Internacional (FMI), nas quais tinha como meta um tratamento político do endividamento, o qual não obteve. A volta à democracia fez com que a ação diplomática argentina se desenvolvesse sobre dois eixos

⁹ CERVO, 2001, op. cit., p. 257.

¹⁰ RAPOPORT, Mario, SPIGUEL, Claudio. **Política Exterior Argentina: Poder y Conflictos Internos (1880-2001)**. Buenos Aires: Capital Intelectual, 2005, p. 68.

¹¹ Ibid, p. 69.

¹² CERVO, Amado L. A Política Exterior da Argentina: 1945-2000. In: GUIMARÃES, Samuel P. (org.). **Argentina: Visões Brasileiras**. Brasília: IPRI/ FUNAG, 2000, p. 23.

¹³ CERVO, 2001, op. cit., p. 272.

principais, “um de caráter ‘defensivo’, destinado a proteger a ordem institucional; o outro, ‘ofensivo’, empenhado em criar oportunidades através de uma presença ativa do país no campo internacional”¹⁴.

Com o advento da democracia na região, um novo capítulo no relacionamento com o Brasil passa a ser escrito. As eleições de Alfonsín na Argentina e de Sarney no Brasil iniciaram um processo de maior aproximação entre os dois países, com a coincidência de posições nos organismos internacionais, tais como a ONU, e também da situação econômica em ambos os países. Também teve início o processo de integração entre os dois países. Nesta fase, a Argentina passa a ver o Brasil não mais como um competidor, mas como um país com o qual deveria cooperar. Esta aproximação seria essencial para consolidar o projeto democrático na região e proteger a sua soberania, além de impulsionar o desenvolvimento de ambos os países.

Neste contexto intensificou-se a aproximação bilateral com o Brasil – iniciada em 1979, com o Acordo sobre a Bacia do Prata e passando pelo apoio brasileiro na Guerra das Malvinas – com a declaração de Iguazu em 1985 e a ata de integração regional entre Brasil e Argentina, em 1986. Esta aproximação iria culminar na implementação do Mercosul. Além disso, ainda permitiu uma reorientação das exportações argentinas, gerando um mercado alternativo às exportações em baixa para a União Soviética, intensificando o comércio intrarregional.

A aproximação foi auxiliada pelos fatores em comum entre os dois países, o sistema político, retornando à democracia, e a crise econômica, com a questão da dívida. Havia uma visão de mundo convergente entre os dois países, que viam como causadores das dificuldades da região “a dívida externa, o aumento das práticas protecionistas no comércio internacional, a deterioração permanente dos termos de intercâmbio e a drenagem de divisas sofrida pelas economias em desenvolvimento”¹⁵. Ambos os países também desejavam uma América Latina reforçada, o que permitiria negociar com o resto do mundo de forma menos desigual.

Conforme Cervo, o governo Alfonsín teve uma política externa assemelhada àquela do paradigma desenvolvimentista brasileiro. Buscou uma maior cooperação internacional, com todos os países do globo, reforçando os princípios de não intervenção e autodeterminação. Também buscou o consenso no plano multilateral na América do Sul, expresso no Grupo de

¹⁴ Ibid, p. 269.

¹⁵ PARADISO, José. **Um Lugar no Mundo: a Argentina e a Busca de Identidade Internacional**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 279.

Apoio à Contadora, além da maior integração com os vizinhos, historicamente rivais, nomeadamente Brasil e Chile.¹⁶

2.1.2 A Política Externa de Menem

Em julho de 1989, Carlos Menem assumiu a presidência da Argentina. Grandes mudanças ocorriam no sistema internacional neste momento. A guerra fria estava acabando, havia um processo em direção de uma maior democratização e globalização, as dívidas dos países devedores ao FMI era gigantescas e iniciavam-se negociações em torno desta questão. Havia forte crise econômica na Argentina.

As orientações de sua política externa basearam-se no revisionismo histórico promovido pela “comunidade epistêmica” do país, que tinha como um de seus principais expoentes Carlos Escudé, que propunha uma nova interpretação da situação Argentina no contexto internacional, através do que ficou conhecido como Realismo Periférico¹⁷. Este revisionismo condenava os valores e as experiências do passado, culpando os governos anteriores pela situação em que se encontrava o país. Deveria, portanto, haver uma modificação na política externa argentina, que permitisse ao país regressar ao passado, onde havia uma inserção mais significativa na política e na economia internacional, fazendo com que o país voltasse ao período de grandeza nacional vivido no início do século, quando mantinha relações com a Grã-Bretanha.

Havia nesta corrente uma forte crítica ao enfrentamento aos Estados Unidos empreendido durante grande parte do século XX, além da degradação das instituições e da política de isolamento.¹⁸ Apregoava-se que deveria haver uma quebra radical com o paradigma de política externa então vigente no país, iniciando uma nova era de política externa, uma terceira fase na história da Argentina, uma fase de reinserção do país no cenário internacional.

Para promover essa reinserção, foi utilizada a tese do realismo periférico, que tinha como fundamentos básicos: o fato de que um país periférico deve eliminar confrontos com o exterior, conformando seus objetivos com a potência hegemônica em busca de ganhos; a

¹⁶ CERVO, 2000, op. cit., p. 24.

¹⁷ Para mais detalhes, ver ESCUDÉ, Carlos, Realismo Periférico, (1992) e ESCUDÉ, Carlos, El Realismo de los Estados Débiles (1995).

¹⁸ CERVO, 2000, op. cit., p. 33.

política externa deveria ser baseada em um cálculo entre custos e benefícios; a definição da autonomia da política externa deveria ocorrer em função da capacidade do país e dos custos relativos de um possível desafio a outro país¹⁹. Esta tese demonstrava a percepção da pouca relevância que os países periféricos teriam para os interesses vitais das potências.

A nova política externa teria, por conseguinte, como principal objetivo a reincorporação do país ao primeiro mundo. Com esta finalidade, De la Balze propôs cinco ações que deveriam ser seguidas pelo governo: reinserir a economia argentina na economia mundial, através da abertura da economia à competição e a investimentos externos, além de reformas internas, seguindo o receituário do Consenso de Washington; estabelecer uma relação especial com os Estados Unidos, devido à visão de unipolaridade mundial vigente nos círculos formuladores da política externa argentina, à influência em organismos multilaterais que o parceiro tinha e ao tamanho daquele mercado e dos capitais que poderiam afluir, além de haver ainda um objetivo utópico nesta relação, segundo o qual a Argentina pretendia exercer influência sobre o processo decisório estadunidense; aprofundar a integração econômica e a cooperação política com o Brasil, de modo a acabar definitivamente com a visão geopolítica, substituindo-a por outra, integracionista; criar uma zona de paz no Cone Sul; e desenvolver uma política de prestígio nacional²⁰.

Estas atitudes na política externa, que Cerro denominou de paradigma “normal”²¹, e que Tokatlian denominou de “aquiescência pragmática”, fizeram Cerro afirmar que “a nova política exterior (...) desiste de exercer papel estratégico mundial, por reconhecer e conformar-se com a própria irrelevância, como também de lutar pela mudança das regras traçadas pelos grandes para conformar a ordem internacional. Prefere segui-los”²².

O modelo do Consenso de Washington teria sido imposto por fatores externos e internos. Estes seriam o consenso entre os setores dirigentes e o medo da população do retorno da hiperinflação e de novos golpes de Estado causados pela instabilidade institucional. O principal fator externo seria a ofensiva ideológica internacional, que apresentava o modelo de inserção proposto pelo Consenso de Washington como sendo o único possível naquele momento²³.

O relacionamento com os Estados Unidos se modificou completamente com relação àquele que historicamente vinha sendo levado. O país passou a buscar o mesmo tipo de

¹⁹ Ibid, p. 37.

²⁰ CERVO, 2000, op. cit.

²¹ A fim de obter maiores detalhes, ver CERVO e BUENO (2002)

²² CERVO, 2000, op. cit., p. 44.

²³ RAPOPORT, SPIGUEL, op. cit., p. 84.

relação que possuía com a Inglaterra em seus tempos áureos. Buscava um tratamento para si que fosse diferenciado dos demais países da América Latina. Tinha por objetivo apoiar os interesses dos Estados Unidos nas áreas de segurança, economia e democracia. A aproximação ocorreu por entender que se vivia à época em um mundo unipolar, sendo que a Argentina acabou abandonando por iniciativa própria uma história de quase cinquenta anos de um relacionamento marcado por tensões e conflitos diplomáticos com os Estados Unidos. Outro motivo para este novo relacionamento foi o de tentar acabar com a visão negativa que o mundo nutria com relação ao país. No que se refere à política de defesa,

buscou-se enquadrá-la no esquema de relações especiais com os Estados Unidos; procedeu-se ao desmonte dos meios próprios de segurança nacional (desmantelamento do projeto Condor II, assinatura do Tratado de Tlatelolco, em 1993, ratificação do TNP em 1994); seguiu-se pela negociação com o Chile e o Brasil (...), com o intuito de vê-los tomar medidas de idêntico desmonte; (...) busca de tratamento especial que elevasse a Argentina acima aos demais países da América do Sul em termos de relevância estratégica.²⁴

Neste contexto de submissão política, participou, ao lado dos Estados Unidos, da guerra do Golfo, em 1990. Ainda, com a maior aproximação do Brasil e com a diminuição das rivalidades existentes, passou a aderir aos regimes internacionais de não proliferação, tais como o ingresso, em 1993, ao Regime de Controle sobre Tecnologia de Mísseis (MTCR). Também se retirou em 1991 do Movimento dos Países Não Alinhados – considerado então uma política extravagante pelo seu aliado –, rompendo com a neutralidade histórica com relação aos conflitos que se localizavam fora de sua alçada; e teve um maior envolvimento com missões de paz das Nações Unidas. Além disso, decidiu reorientar os votos na ONU, principalmente no que se refere à Cuba, quando apoiou os Estados Unidos nas críticas ao país, solicitando uma mudança política para a volta a foros internacionais, além de não criticar o embargo econômico, abstendo-se das votações de condenação a este embargo na Assembleia Geral da ONU e de condenar o país caribenho na Comissão dos Direitos Humanos da ONU, sempre seguindo o voto dos Estados Unidos.

A Argentina tentou, por inúmeras vezes, até que conseguiu, em 1997, o status de aliado “extra-OTAN” por parte dos Estados Unidos, de certa forma baseando-se na sua luta contra o terrorismo e o narcotráfico. No final do seu segundo mandato, pretendia – sem sucesso – o ingresso como membro efetivo da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), o que acabou causando um esfriamento nas relações com o Brasil, que viu esta atitude como uma tentativa de obtenção de hegemonia regional.²⁵

²⁴ CERVO, 2000, op. cit., p. 58.

²⁵ Ibid, p 62.

Este alinhamento irrestrito, porém, pouco retorno trouxe à Argentina por parte dos Estados Unidos. O país platino buscava vantagens econômicas em troca da total submissão política ao país do Norte, mas não houve ganho econômico algum. Com isso, no início do segundo mandato de Menem, modificou-se a estratégia de negociações comerciais com os Estados Unidos, aproximando-se o país mais das posições brasileiras nesta área.

Este novo modelo de inserção escolhido por Menem colocou o relacionamento com o Brasil – que havia evoluído muito no governo de Alfonsín – em um lugar subordinado à relação especial com os Estados Unidos, em um plano preferencialmente econômico e comercial, abandonando a área política. O Brasil ainda possuía um papel importante para a Argentina, mas somente no âmbito econômico, enquanto os Estados Unidos tinham um papel estratégico para a política externa Argentina. Sob este governo, o Brasil era “econômicamente necessário pero políticamente inconveniente”²⁶. O Brasil passa a ser visto como um país perigosamente revisionista, com um anacrônico desejo de hegemonia regional e como sendo uma fonte de “risco e instabilidade” para a Argentina em matéria econômica²⁷.

O relacionamento com os Estados Unidos e com o Brasil era caracterizado como um relacionamento triangular, ao estilo daquele vigente na Argentina durante boa parte do século XX, que mantinha relações com os Estados Unidos e com a Grã Bretanha. Esta atitude foi caracterizada como tendo certo teor realista pois

para a Argentina, a aliança tácita com os Estados Unidos lhe fornece garantias contra uma eventual política brasileira de hegemonia regional e contra o temido aventurerismo dos militares chilenos; em contrapartida, a aliança comercial com o Brasil lhe garante suporte contra o unilateralismo americano, além de proporcionar melhores condições para negociar maior acesso à economia americana, e também garantir vantagens comerciais que lhe permitem equilibrar uma balança comercial estruturalmente deficitária.²⁸

Neste contexto de redução da importância do relacionamento político, os dois países assinaram o acordo de Guadalajara, em 1991, que tratava da abertura das instalações nucleares dos dois países às inspeções mútuas. Um dos principais momentos de desarticulação regional foi em torno da questão da ampliação do número de assentos permanentes do Conselho de Segurança da ONU (CSONU). Ambos pretendiam um assento para a região, porém o desejo brasileiro era de um assento para si, enquanto Argentina defendia uma rotatividade.

²⁶ RUSSEL e TOKATLIAN, 2003, op. cit., p. 54.

²⁷ De la Balze, 2000, apud Ibid, p. 52.

²⁸ ALBUQUERQUE, José A. G. A Política Externa do Governo Fernando Henrique Cardoso. In: ALBUQUERQUE, José A. G. José A. G.; Seitenfus, Ricardo; Nabuco Sérgio H. (Orgs.). **Crescimento, Modernização e Política Externa – Sessenta Anos de Política Externa Brasileira (1930-1990)**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006. v. 1. p. 504-505.

No âmbito comercial, deve-se dar destaque ao Mercosul. O bloco, criado em 1991 com a assinatura do Tratado de Assunção, se viu diante de uma mudança daqueles objetivos iniciais da aproximação com o advento do neoliberalismo. A visão original – de promoção do desenvolvimento industrial e tecnológico – foi abandonada e passou a ser dado valor apenas ao âmbito comercial, o que caracterizou a diminuição da importância do bloco para a Argentina. Prova de que ficara relegado a um papel secundário foi a intenção argentina de ingresso no Tratado Norte Americano de Livre Comércio (NAFTA), expressa pelo então chanceler, Domingo Cavallo. Como esta não foi aceita, o país passou a dar maior importância ao bloco regional, aceitando até mesmo a negociação em bloco com terceiros, como desejava o Brasil. O neoliberalismo vigente na região aumentou a liberalização comercial no Mercosul, potencializando o comércio intrarregional, que até a crise asiática de 1997, apresentou avanços significativos, assim como a participação dos países no comércio mundial. Com a desvalorização do real em 1999, auxiliada pela vulnerabilidade externa dos integrantes do bloco, iniciou-se uma crise entre o Brasil e a Argentina.

Mesmo com as privatizações e com as reduções dos encargos da dívida proporcionados pelo Plano Brady (plano de reestruturação da dívida externa de alguns países, que foi lançado no final dos anos 80), a dívida externa Argentina continuou aumentando com a sustentação da convertibilidade e a fuga de capitais, que somada à crise mundial, criaram condições para uma recessão profunda. Esta acabou culminando no desenvolvimento da crise social e política na Argentina em 2001, que ocasionou o fim da paridade e a desvalorização do moeda argentina.²⁹

Estas políticas adotadas pelo país durante o governo Menem acabaram desestruturando o país até o ponto em que “(...) a finales del siglo XX, la Argentina ya no tenía recursos de poder ‘duros’ (económicos y militares principalmente) ni ‘blandos’ (calidad institucional, cohesión social, capacidad educativa, entre otros) significativos.”³⁰

2.1.3 Os Governos De la Rúa e Duhalde

²⁹ RAPOPORT, SPIGUEL, op. cit., p. 83.

³⁰ TOKATLIAN, Juan G. **Hacia una Nueva Estrategia Internacional: el Desafío de Néstor Kirchner**. 1ª ed. Buenos Aires: Grupo Editorial Norma, 2004, P. 162.

As denúncias de corrupção e a deterioração do quadro econômico e social no segundo mandato de Menem levaram o eleitorado a votar contra o peronismo em 1999. As eleições foram vencidas pela *Alianza* – formada pela Unión Civica Radical, Frepaso e outros partidos menores e moderados de centro-esquerda – e, em 10 de dezembro de 1999, assumiu Fernando de la Rúa. Mesmo que tenha conseguido combater a inflação, Menem deixou para seu sucessor uma sociedade profundamente fragmentada, com enorme exclusão e concentração de renda, além altas taxas de desemprego e enorme dívida externa.

Os alinhamentos básicos da política externa de De la Rúa, em sua maioria, continuaram com relação ao que ocorria no governo de Menem, constituindo os temas de segurança uma exceção. A relação especial com os Estados Unidos continuaria sendo a pedra fundamental da política externa argentina, mas com uma diminuição do alinhamento incondicional. “Cambió el eslogan político – de las ‘relaciones carnales’ del canciller Guido di Tella a las ‘relaciones maduras’ del canciller Adalberto Rodríguez Giavarini – pero no el contenido y el alcance del plegamiento de Buenos Aires a Washington”³¹.

Manteve-se a política econômica, como um dos principais componentes da política externa, subordinada à convertibilidade e às negociações com o FMI. Como enfrentava uma recessão econômica, De la Rúa se viu obrigado a recorrer a organismos financeiros internacionais, que impuseram novamente os preceitos da cartilha neoliberal, fazendo com que medidas neste sentido continuassem a ser tomadas.

Com relação à comunidade internacional,

el nuevo gobierno argentino considera a las Naciones Unidas como el ámbito más adecuado para las negociaciones internacionales y la obtención de consensos multilaterales. Ha declarado su aspiración a que se logre una mayor democratización del organismo, especialmente de su Consejo de Seguridad. El aumento del número de miembros permanentes, según la posición argentina, debe realizarse teniendo en cuenta la representación regional, sin alterar la igualdad y las posibilidades de participación de los países de cualquier región.³²

A visão do Brasil também continuou sendo a mesma de seu antecessor. No que tange às relações diplomáticas sulamericanas, a Argentina acompanhou as iniciativas e posturas adotadas pelo Brasil. A exceção mais visível a este comportamento foi a posição com relação à Cuba, na qual continuou acompanhando os votos dos Estados Unidos. Participou mais das negociações em bloco com outras regiões, buscando auferir ganhos econômicos. Bernal-Meza faz um resumo da agenda de política externa deste governo, que

³¹ RUSSEL, TOKATLIAN, 2003, op. cit., p. 56.

³² BERNAL-MEZA, Raúl. Política Exterior Argentina: de Menem a De la Rúa ¿Hay una nueva política? In: **Revista São Paulo em Perspectiva**, São Paulo: Fundação SEADE, v. 16, n. 1, 2002, p. 80.

a partir de diciembre de 1999, señala que ésta continuó con dos de los tres temas relevantes de la gestión Menem: 1) proyección externa de la “reformulación de la estrategia nacional de desarrollo y re inserción en el Primer Mundo” (en la medida que hay continuidad del modelo económico neoliberal y una preferencia por el relacionamiento con las grandes potencias capitalistas occidentales, en particular con Estados Unidos) y 2) adopción de la “agenda de valores hegemónicos universalmente aceptados”; mientras que el tercero, crear para Argentina una zona de paz en el cono sur, que se traducía en la adhesión a la nueva concepción de seguridad de los Estados Unidos, no ha sido motivo de preferencia alguna.³³

Com o aumento do endividamento externo e interno e os problemas do sistema de convertibilidade, houve uma grande fuga de capitais.

Este período tuvo un triste fin en diciembre de 2001, con la ‘bancarización’ forzosa y el congelamiento de depósitos, en lo que se llamó ‘el corralito’ y más tarde, ampliándose, ‘el corralón’, que afectó a los sectores medios, al tiempo que eclosionaba la pobreza generalizada y la indigencia.³⁴

Perante esta situação, explodiu uma revolta social em dezembro. O presidente decretou Estado de Sítio e reprimiu a população, o que revoltou ainda mais o povo, que generalizou os enfrentamentos e foi às ruas, em manifestações cada vez mais fortes e violentas, exigir a renúncia de De la Rúa e de seu ministro, Domingo Cavallo, que levaram a um saldo de mortos e feridos na *Plaza de Mayo*. Estes protestos culminaram com a renúncia do presidente. Assim, teve início uma semana em que, após quatro presidentes, foi escolhido o novo governo provisório de Eduardo Duhalde, que durou até 2003.

A crise de 2001 piorou as condições – que já eram precárias – do país no cenário internacional. Os efeitos sobre a frente externa foram que

la Argentina ha retrocedido dramáticamente al punto de pasar de ser un país intermedio en el sistema internacional, con capacidad de iniciar políticas (...) e impulsar agendas (...), a convertirse en un actor netamente defensivo. Paradójicamente, la Argentina ha pasado de la pretensión insólita de discutir su pertenencia a alianzas de países desarrollados (...) a la situación de resultar un potencial foco de inestabilidad en la región después de los hechos de 2001³⁵.

O objetivo central de Duhalde foi o de estabilizar a economia e de criar condições favoráveis para a as eleições presidenciais de 2003. Portanto, houve grande preocupação com relação às questões internas, ficando a política externa num segundo plano. Foram fixadas duas prioridades em matéria de política externa: a obtenção de imediata ajuda econômica dos Estados Unidos e o apoio da administração Bush às árduas negociações que se iniciavam com os organismos multilaterais de crédito³⁶.

³³ BERNAL-MEZA, 2002, op. cit., p. 90.

³⁴ RAPOPORT e SPIGUEL, op. cit., p. 87.

³⁵ TOKATLIAN, op. cit., p. 173.

³⁶ RUSSEL, TOKATLIAN. A Crise na Argentina e as Relações com o Brasil e os Estados Unidos: Continuidade e Mudança nas Relações Triangulares. **Contexto Internacional**. Rio de Janeiro, v.26, n. 1, jan./jun. 2004. p. 121.

Além de pôr fim ao regime de conversibilidade – que era a principal política econômica dos governos Menem e De la Rúa –, com a desvalorização brusca do peso em janeiro de 2002, Duhalde dedicou-se a tentar reconstruir a imagem internacional do país, estreitando laços com países europeus, em especial com a Espanha.

O país buscou ajuda nos Estados Unidos para conseguir um novo acordo com o FMI, mas não recebeu apoio, o que deixou clara a pouca importância dada pelo governo estadunidense ao país. Esta tentativa de negociar com o FMI e a necessidade de apoio dos Estados Unidos fizeram com que o voto contra Cuba se mantivesse. Depois de obtido o acordo com o organismo internacional, Duhalde promoveu uma mudança na sua política externa com relação à Cuba na ONU, na qual passou a abster-se das condenações aos países, coordenando sua posição com a do Brasil. Este voto de abstenção “teve algum sabor de vingança pela frieza da administração Bush em relação a Duhalde. Ao mesmo tempo, foi uma maneira de expressar a vontade argentina de acertar posições com o Brasil e de reconhecer a solidariedade de Brasília nos momentos mais dramáticos da crise”³⁷.

Com a falta de sensibilidade de Bush, o governo Duhalde passou a inclinar-se para o lado brasileiro, ao lado do qual buscou uma revalorização do Mercosul e de quem recebeu apoio após as desvalorizações e na luta em busca de estabilidade econômica. Com a eleição de Lula, foi criada a visão do país vizinho como sendo

um ‘modelo alternativo de desenvolvimento’ àquele posto em prática nos anos 90 e como a ‘principal carta’ da inserção internacional, dando lugar, em plena campanha eleitoral, à visão do Brasil como ‘sócio político’ em um projeto conjunto a ser realizado. Duhalde definiu a cooperação entre os dois países como ‘inevitável’ e ‘indispensável’³⁸.

Na América do Sul, a Argentina também perdeu peso relativo pois não participou de algumas ações, tais como o “Grupo de Amigos da Venezuela”, criado para ajudar aquele país a superar a crise econômica e política. Estes sucessivos governos fizeram com que a Argentina iniciasse o século XXI com “pocos atractivos, una confusa identidad, escaso poder negociador e insuficiente voluntad para modificar el sentido y el alcance de su inserción internacional. De hecho, las contradicciones con Brasil se exacerbaron”³⁹.

2.1.4 O Governo de Néstor Kirchner

³⁷ Ibid., p. 128.

³⁸ Ibid., p. 128.

³⁹ RUSSEL e TOKATLIAN, 2003, op. cit., p. 70.

Com a evolução da crise social que se alastrou pelo país, Duhalde viu-se obrigado a antecipar as eleições presidenciais para abril de 2003, nas quais se elegeu o candidato apoiado pelo presidente Duhalde, Néstor Kirchner, com apenas 22% dos votos, já que o seu adversário do segundo turno, Carlos Menem, desistiu da candidatura.

O presidente Kirchner, desde logo, impôs uma clara prioridade da política interna sobre a política externa, que era mais voltada aos aspectos econômicos e usada, em grande medida, para satisfazer a política interna. O governo de Kirchner buscou se diferenciar dos governos anteriores, e a idéia de reconstrução nacional aparece pela primeira vez, associada à idéia de autonomia, demonstrada em uma das primeiras medidas do novo governo, o estabelecimento de uma longa e dura negociação com os credores internacionais, privados e do FMI, que se estendeu até 2005.

Com relação aos Estados Unidos, houve uma forte mudança na política externa. O governo não aceitou a realização de exercícios militares conjuntos entre a Argentina e os Estados Unidos – o Águia III –, práticas normais nos governos anteriores; se absteve das condenações de violação dos direitos humanos em Cuba, além de constantemente criticar o FMI, a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) e as políticas regionais dos Estados Unidos. Porém, reconhecendo suas limitações, o presidente apoiou a crítica estadunidense ao programa de rearmamento nuclear iraniano e a luta contra o narcotráfico e o terrorismo.⁴⁰

A América do Sul passou a ocupar um papel de destaque na política externa de Kirchner, que imprimiu uma reorientação com relação à política de Menem, de apoio aos Estados Unidos. As relações com o Mercosul e, principalmente com o Brasil, adquiriram status de estratégicas, visto que facilitariam as negociações com os países desenvolvidos, principalmente na área comercial, no âmbito da OMC. Conforme Bernal-Meza,

La plataforma de política exterior de Kirchner puso a las relaciones con Brasil y el MERCOSUR como el eje central de sus vinculaciones internacionales. (...) El MERCOSUR surgió entonces, en la visión del gobierno de Kirchner como un eje que articulaba las negociaciones con otras áreas comerciales (ALCA, Unión Europea, OMC, etc.), perspectiva que coincidía con la que era predominante en el ministerio de Relaciones Exteriores brasileño.⁴¹

Esta aproximação do Brasil possibilitou a obtenção de vantagens, através da coordenação de ações entre os vizinhos. Os principais exemplos foram as negociações para eliminar os subsídios agrícolas europeus e dos Estados Unidos, “ampliando y fortaleciendo el

⁴⁰ CORIGLIANO, Francisco. Desafíos para la política exterior argentina a partir del 2008. **Boletín ISIAE**, año 10, n. 43, oct. 2007. Disponível em: <<http://www.cari.org.ar/pdf/boletin43.pdf>>. Acesso em: 2 nov. 2009.

⁴¹ BERNAL-MEZA, Raul. Argentina y Brasil en la Política Internacional: regionalismo y Mercosur (estrategias, cooperación y factores de tensión). In: **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília: IBRI. vol.51, n.2, 2008, p. 168.

G-22 y el Grupo Cairns”. No âmbito diplomático, pode-se destacar “el apoyo argentino a la iniciativa de Brasil para iniciar diálogos con Cuba y estudiar la eventualidad de su posterior incorporación al Grupo Río”⁴². Entretanto, principalmente no ambiente da chancelaria, há uma visão bem mais crítica com relação ao Brasil. As percepções sobre o Brasil

están centradas en dos aspectos: 1) la identificación de cuatro principales problemas: la modificación de sus criterios sobre la integración; la diferente jerarquía constitucional de las normas jurídicas que se relacionan con la institucionalidad del MERCOSUR; las desigualdades en productividad de los respectivos sectores industriales, con su impacto sobre el comercio bilateral – y el déficit argentino – ; y la convicción acerca de que Brasil estaría negociando acuerdos comerciales con la Unión Europea al margen de la fórmula “4+1” acordada por el MERCOSUR; 2) la creencia de que el gobierno de Lula está aceptando la visión realista de Itamaraty, según la cual – por su propio peso específico – Brasil es un actor global que tiene capacidad autónoma de negociar en ámbitos bilaterales (con la Unión Europea, en cuestiones que no atañen específicamente al comercio) y multilaterales (Cumbre del Grupo de los Cuatro en Potsdam -Estados Unidos, Unión Europea, India y Brasil – destinada a destrabar las negociaciones en la OMC).⁴³

Não demorou muito para que surgissem tensões no relacionamento. Iniciaram-se com a crise Argentina com o FMI, pela falta de apoio brasileiro, passando pelas medidas protecionistas adotadas para a “linha branca”, o não apoio à candidatura brasileira à presidência da OMC e as divergências de propostas para a reforma do Conselho de Segurança da ONU (CSONU). A Argentina defende que “la creación de nuevas bancas permanentes debe ser decidida por cada región sin que altere los equilibrios regionales. La Argentina no apoya la candidatura brasileña. Se considera que lo ideal sería una representación regional dividida y rotativa, una banca semi-permanente”. Ainda foram motivos de tensões, de acordo com Bernal-Meza, a tentativa do Brasil de modificar seu status, transformando-se em uma potência de interesses globais; a possível utilização do Mercosul por parte do Brasil como elemento de poder de sua política mundial; a tentativa de uma grande expansão do bloco, integrando-o com a Comunidade Andina; e a proposta da Comunidade Sulamericana de Nações (CASA), pois este seria um bloco constituído em torno da liderança brasileira⁴⁴.

No contexto Sulamericano, portanto – mesmo com alguns atritos –, o Brasil continua sendo o sócio mais importante da Argentina, mas o governo de Kirchner manteve um relacionamento mais próximo com a Bolívia e com a Venezuela, o que representou uma mudança significativa na geopolítica da região. A aproximação com a Venezuela, país com o qual historicamente houve baixa interação deve-se a dois fatores principais.

En Caracas coincide la fuente de dos de las necesidades estratégicas del desarrollo argentino: provisión energética y financiamiento de corto y mediano plazo. Y frente

⁴² TINI, María N., PICAZO, María V. Argentina, 2007: Reflexiones sobre el Modelo de Inserción. **Centro Argentino de Estudios Internacionales**. Programa Política Exterior Argentina.

⁴³ BERNAL-MEZA, 2008, op. cit., p. 170.

⁴⁴ Ibid, p. 172.

al la aspiración de Chávez, de presentarse como aspirante al liderazgo sudamericano – espacio por el cual a Néstor Kirchner no le interesó competir, es porque el lugar estaba vacante, por gracia y voluntad de un Brasil ausente.⁴⁵

Nos círculos mais próximos do presidente Kirchner, uma “aliança estratégica” com a Venezuela começou a ser projetada, de forma a se tornar um mecanismo equilibrador da construção da liderança brasileira, que teria a função de aumentar os instrumentos de barganha da Argentina. O governo de Hugo Chávez dedicou-lhe um caro apoio ao comprar títulos da dívida argentina, em um momento em que poucos países se interessariam por fazê-lo, por diversas razões, inclusive o Brasil. Recentemente, a China tornou-se outro importante sócio comercial e investidor, principalmente em infra-estrutura, significando estas a “primer gran oportunidad de inversiones extranjeras significativas después de la moratoria de diciembre de 2001”⁴⁶.

Em uma abordagem diferente, Vadell aponta como motivos para a aproximação da Venezuela o fator ideológico, de guinada para a esquerda na região; a questão da geopolítica regional, que influiria sobre os atores do Mercosul – e o ingresso da Venezuela no bloco estaria inserido nesta lógica; e a crescente complementaridade entre as duas economias, com a Venezuela oferecendo segurança energética através do petróleo, em troca de segurança alimentar. Também se deve levar em conta os “empréstimos” feitos por Chávez ao presidente argentino⁴⁷. Não obstante as críticas com relação à questão democrática na Venezuela e a tentativa de aprofundamento deste relacionamento, para acordos políticos mais incisivos – o que é descartado, pelos problemas que poderia causar com Washington –, o bom relacionamento continua.

Esta visão sulamericana também fez com que houvesse uma maior aproximação a um outro país, a Bolívia. Com este país, devido à escassez de energia argentina e na busca pelo auxílio à estabilização política do país vizinho, priorizou-se a questão energética, que é considerada “como parte de una política exterior destinada a sumar protagonismo profundizando y fortaleciendo los vínculos bilaterales con los países subregionales, promoviendo la integración energética como herramienta de unión en Sudamérica”⁴⁸.

Uma última consideração a ser feita é sobre o relacionamento com o Uruguai, país com o qual historicamente houve um bom relacionamento. A disputa acerca da instalação de

⁴⁵ Ibid, p. 165-166.

⁴⁶ VADEL, Javier. La Argentina de Kirchner: el Retorno del Estado en el Siglo XXI y sus Implicaciones en la Política Externa. **Análise de Conjuntura**, Rio de Janeiro, n. 6, jun. 2008, p. 11.

⁴⁷ Ibid.

⁴⁸ TINI, María N., PICAZO, María V. Argentina, 2007: Reflexiones sobre el Modelo de Inserción. **Centro Argentino de Estudios Internacionales**. Programa Política Exterior Argentina, p. 11.

fábricas de celulose – as papelarias – no margem do rio Uruguai provocou uma gigantesca crise entre os países “hermanos”, que chegou até ao Tribunal Internacional, colocando um ponto de interrogação no seu relacionamento.

2.2 O BRASIL NA VISÃO DA ARGENTINA DE KIRCHNER

2.2.1 Uma Parceria Estratégica

O papel mais ativo da diplomacia brasileira, que iria se destacar no governo de Luiz Inácio Lula da Silva como um de seus objetivos, fora exposto na ocasião da posse do presidente, quando ele anunciou que o Brasil iria exercer o papel de liderança que durante anos havia recusado. Durante sua gestão, passou a colocar o país de forma mais direta como mediador em situações de crise, demonstrando um desejo de uma maior relevância no cenário regional. Alguns exemplos desse comportamento foram a proposta de formação do Grupo de Amigos da Venezuela, a tentativa de assumir o papel de mediador entre o governo de Hugo Chávez e os países da região e também de apaziguar a situação equatoriana fora do âmbito da Organização dos Estados Americanos (OEA), além de participar da Força de Paz do Haiti, operação na qual historicamente evitou se integrar. Esta poderia ser vista como uma tentativa de aumentar seu prestígio perante a ONU, com o intuito de pleitear uma vaga no CSONU.

Mas, diante de todas estas mudanças de comportamento por parte do governo brasileiro, com uma política externa muito mais incisiva, como reagiriam os nossos “hermanos” argentinos, o que pensariam eles desta reconfiguração nos padrões recentes de atuação da política externa brasileira? Neste subcapítulo esta questão é abordada, levando-se em conta o período em que esteve no governo o presidente Néstor Kirchner.

No início de seu mandato, a chancelaria de Kirchner expressava, pelo menos na retórica, as virtuais potencialidades de seu país. Conforme afirmava o chanceler Rafael Bielsa,

tenemos una República consolidada y orientada hacia todo el mundo. (...) a pesar de las dificultades, tenemos (...) un país que sabe y puede mantener su lugar de relieve en el continente y en el mundo. (...) Nuestro papel en los mas graves problemas que

afectan hoy al mundo es igualmente significativo. (...) Ese grupo (MTCR) esta integrado por los principales países del mundo – entre ellos Argentina y Brasil.⁴⁹

Para um país que recentemente tinha passado pela pior crise já vivida, este posicionamento era um pouco demasiado, demonstrando aspirações de uma Argentina forte, com papel de maior importância no cenário internacional como fora em outros tempos. Ainda neste tom de destacar a importância do país, o chanceler colocou o país como parte integrante do núcleo de países chave do G-20, fundado para discussões junto à Organização Mundial do Comércio (OMC), ao ressaltar que o sucesso do grupo iria depender “de la unión de cinco países clave: China, India, Brasil, Sudáfrica y Argentina. Si este núcleo se mantiene unido ejercerá un efecto persuasivo sobre los demás”⁵⁰.

A grande questão é que esta Argentina grande não era demonstrada nos gestos, ficava apenas na retórica de alguns poucos discursos, já que em grande parte dos pronunciamentos oficiais a imagem passada do país era de um reconhecimento da situação em que se encontrava e das suas limitações. Em uma crítica à busca da liderança regional pela Argentina, Bielsa destacou que “se habló durante muchos años de que no podíamos perder el liderazgo, cuando en realidad no lo teníamos. Muchas veces formulamos nuestra política exterior en función de lo que creíamos ser y no de lo que éramos”⁵¹. Assim, expressava uma nova realidade que seu país enfrentava, devendo abandonar qualquer pretensão hegemônica na região.

Compartilhando esta opinião aparece Tokatlian, que sustenta que dentro da Argentina existem grupos contrários ao Brasil, principalmente composto pelas elites, em todos espectros políticos. Estes estariam buscando parcerias para tentar contrabalançar o poderio brasileiro na região, uma vez que a Argentina se contentaria com tão somente um “upgrade” na sua situação internacional, que desde muito tempo vem decaindo.

En este sentido, es pertinente indicar que en el plano interno el frente anti-Brasil se amplió relativamente entre sectores institucionales, empresariales y políticos: por derecha están los incondicionales, que añoran y aun procuran el alineamiento irrestricto con Estados Unidos, y por izquierda se encuentran los nuevos entusiastas de una relación especial con Venezuela.

Para ambos grupos es indispensable balancear las ambiciones de liderazgo de Brasil, encontrar una contraparte (distinta de Brasilia) que esté dispuesta a asumir los costos (y los pagos respectivos) para ejercer una hegemonía regional efectiva y elevar el valor de importancia de un país que lleva cinco décadas de declinación y no encuentra un lugar en el mundo.⁵²

⁴⁹ BIELSA, Rafael A. **Discurso em Celebração do Dia do Diplomata**. 29 set. 2003. Disponível em: <http://www.mrecic.gov.ar/portal/cancilleria/discursos/bielsa/d040929.html>

⁵⁰ GOSMAN, Eleonora. BIELSA Denuncia Presiones de los Países Ricos sobre los Pobres. **Clarín**, 8 set. 2003.

⁵¹ Ibid.

⁵² TOKATLIAN, Juan G. Un Escollo para la Amistad con Brasil. **La Nación**, 12 set. 2006.

A noção das limitações da Argentina durante o mandato de Kirchner fizeram com que a diplomacia do país começasse a buscar uma espécie de liderança da região, que teria como ponto de partida o âmbito do Mercosul, em conjunto com o Brasil – o principal país da região – sem o qual os esforços de inserção da Argentina no contexto internacional não prosperariam. Deve-se ter em mente o contexto desta aproximação inicial e destas afirmações, no qual Lula recém havia assumido a presidência do Brasil e enfrentava os efeitos da crise de 2002, que iriam causar uma pequena recessão no ano de 2003, de certa forma “debilitando” o país, o que pode ter influído no país vizinho, que se sentiu mais capaz, em patamar de maior igualdade com o Brasil.

Criticando qualquer disputa pela liderança regional, o presidente Kirchner constantemente atacava também a existência de personalismos e defendia uma integração entre os países, pois seria benéfica para a região como um todo. A integração deveria ser o ideal a mover as diplomacias de ambos os países. “Nuestras generaciones futuras no se van a tener que avergonzar de nosotros debido a que por pequeñas mezquindades o disputas de corta visión histórica y liderazgo hayamos impedido la integración”⁵³. Esta falta de sintonia entre os países, segundo o presidente, já teria sido prejudicial anteriormente em foros tais como nas negociações no âmbito da OMC, em Cancun.

Este seria um dos motivos pelos quais o presidente argentino tanto buscaria um acercamento do Brasil, ensejando um eixo entre Brasília e Buenos Aires, cujo bom relacionamento fosse indiscutível e representasse uma liderança conjunta na região. O prefeito de Buenos Aires, Aníbal Ibarra, apontou que a aproximação entre os dois países “abre un camino a una nueva visión (de integración) regional”, que iria além do Mercosul, sob um “liderazgo de parte de Brasil, muy acompañado por Argentina, donde se mira a todos los países de América”, o que constituiria uma oportunidade histórica para liderar a unificação latino-americana⁵⁴. Como exemplos desta maior integração entre os países estariam os consulados conjuntos, intercâmbio de delegados no CSONU, assinatura de acordos comerciais, dentre outras atitudes.

Na tentativa de justificar o desejo de um papel de maior importância regional, o chanceler Bielsa, após os entendimentos entre ambos os países para a unificação de posições frente aos organismos multilaterais de crédito, assinalou que existem vários tipos de liderança na região, e citou o seu país como sendo detentor de um destes, ao afirmar que “hay un

⁵³ KIRCHNER, Néstor. **Discurso no Ato de Assinatura de Acordos com o Brasil**. 16 out. 2003. Disponível em: <http://www.casariosada.gov.ar/index.php?option=com_content&task=view&id=4072>.

⁵⁴ IBARRA: el Encuentro entre Kircher y Lula "Abre una Nueva Visión Regional". **La Nación**, 20 out. 2003.

liderazgo de volumen, que sería el caso de Brasil, un liderazgo de concepto, que sería el de Chile y uno de iniciativa, que sería el caso de Argentina”⁵⁵. Esta liderança conjunta dos dois países serviria também para fazer frente ao presidente Hugo Chávez e suas tentativas de atingir a liderança na região. Assim, “Buenos Aires y Brasilia forman ahora un eje indiscutible. Pero de acuerdo con acontecimientos recientes (...) podría trazarse una línea entre Caracas y La Paz (...). El protagonismo y las ambiciones de Hugo Chávez desatarían esa competencia”⁵⁶. Este tema do relacionamento triangular com a Venezuela será tratado com maior atenção mais adiante.

2.2.2 Liderança do Brasil

Mesmo que haja um discurso de “divisão de tarefas” na região, em busca de uma maior integração, isso não impossibilita a existência de opiniões que entendam o papel do Brasil como essencial para o desenvolvimento da região, colocando o país no patamar de líder da região. Esta pode ser percebida já nas declarações de parte da imprensa e do próprio presidente Kirchner, quando das difíceis negociações argentinas com o FMI, ao criticar o presidente Lula por não ter se manifestado. O presidente argentino deixou implícita a idéia de que o Brasil é o sócio maior do Mercosul e deveria ajudar seu país, quando disse à Bielsa que ele “había que dejarse de soñar con el liderazgo en Sudamérica y que había que buscar la complementación con Brasil”⁵⁷. Tempos depois, quando o Brasil resolveu unir-se à Argentina nas ações diante do FMI, esta foi vista como uma atitude com vistas a *preservar* sua liderança regional, já que “el congelamiento de las relaciones con su colega habría representado, también, el fin de un sueño personal: ser el portavoz de los pueblos latinoamericanos hacia el resto del mundo”⁵⁸.

Dentre as várias opiniões que reconhecem o potencial brasileiro, há uma visão na qual a liderança é vista como indiscutível. Alguns fatores que colaboram para esta afirmação são as dimensões da sua economia, seu parque industrial diversificado, além da liderança tecnológica na exploração de petróleo em águas profundas. Atitudes de âmbito político também contribuem para esta visão, tais como a liderança na luta contra os subsídios agrícolas

⁵⁵ GESTOS de Unidad entre Kirchner, Lula y Chávez. **La Nación**, 3 mar. 2005.

⁵⁶ VAN DER KOOPY, Eduardo. Chávez Puede Desafiar el Liderazgo de Kirchner y Lula. **Clarín**, 22 jul. 2006.

⁵⁷ BLETA, Atílio. La Tensión que Previene con el FMI Apuró el Acuerdo Kirchner-Lula. **Clarín**, 29 fev. 2004.

⁵⁸ GOSMAN, Eleonora. Lula, en una Jugada que Apunta al Liderazgo. **Clarín**, 18 mar. 2004.

e nas negociações comerciais multilaterais, ao lado de países como China, Índia e África do Sul; a liderança no processo de abertura de novos mercados na região, por contar com uma maior confiança externa, além de outros mais.

Auxiliado pelas ações pragmáticas empreendidas pelo Itamaraty, o Brasil conseguiu se tornar o país mais poderoso da região, principalmente porque no início do século XXI

Brasil se esforzó por consolidar un liderazgo casi paternalista entre los países del Sur, involucrándose con discreción en los conflictos que amenazaron la estabilidad de la región -como sucedió en Paraguay, Colombia o Venezuela recientemente- y pregonando con insistencia la necesidad de unificar la voz de América latina frente a las crecientes presiones comerciales y políticas de Estados Unidos y Europa.⁵⁹

O papel de maior assertividade desempenhado pelo governo brasileiro foi exemplificado por Tokatlian ao argumentar que

Brasil lideró el grupo de amigos en Venezuela para encontrar una salida a la crisis, junto con la Argentina intervino en la crisis boliviana (...), se ha postulado frente a Colombia para intervenir en la eventualidad de un acuerdo humanitario con las FARC. Más que poner ruedas trata de implementar una política común en el Mercosur; *es mucho más propositivo que el Brasil de hace diez o veinte años*, que tenía por costumbre rechazar o negar (grifo nosso).⁶⁰

Ainda, deve-se considerar a ação independente empregada frente aos Estados Unidos, muitas vezes crítica frente a este país, como nos casos da condenação de Cuba por violações aos direitos humanos e da guerra no Iraque. Esta posição de “indiferença” com relação ao vizinho do norte é destacada por Tokatlian, que coloca-a como parte de busca brasileira por um lugar de destaque no cenário internacional, onde possa ser um *global player*.

Brasil juega a ser un actor global y está forjando vínculos entre los que considera sus pares, como Rusia, China, India, Sudáfrica. Y no es que Brasil tenga una política de confrontación con los Estados Unidos sino que, al incrementar su visibilidad internacional, tiene más atención de Washington.⁶¹

Este desejo brasileiro de ter destaque em âmbito mundial também é expresso com certa ironia quando comparado à situação em que se encontra a Argentina

Ante esta estrategia "subimperial", los ansiosos intentos de la Argentina por retener a Brasil a su lado dentro del reducido ámbito del Mercosur, donde al menos sería la favorita del gigante, bordean lo patético. (...) En tanto Brasil aspira a sentarse a la mesa del directorio mundial, la Argentina empieza a ser ignorada como una escala necesaria del circuito internacional.⁶²

Outro fator determinante que exemplifica o desejo brasileiro de tornar-se o país líder na região destacado por intelectuais argentinos é a determinação na construção de um submarino nuclear e na utilização de energia nuclear para fins pacíficos. De acordo com

⁵⁹ GERSCHENSON, Ana. El Brasil Hegemónico. El Gran Hermano del Norte. **La Nación**. 20 jun. 2004.

⁶⁰ Ibid.

⁶¹ Ibid.

⁶² GRONDON, Mariano. Brasil se nos Escapa: ¿Hacia Dónde Iremos?. **La Nación**, 8 maio 2005.

Rosendo Fraga, “la decisión de acelerar la construcción del submarino nuclear es una manifestación más de que Brasil está decidido a ser una potencia regional, un actor en la política mundial, y a tener un rol central en el Atlántico Sur”⁶³.

A certeza da figura de liderança representada pelo Brasil aparece quando se trata do Mercosul. Como o Brasil teria conseguido, “en apenas dos años de gobierno (Lula), convertirse en un interlocutor obligado en casi cualquier asunto importante de la región”⁶⁴, o Mercosul seria o espaço natural a ser presidido pelo Brasil, nas mãos do qual – na figura de principal sócio do bloco – estaria o seu futuro. Esta visão é compartilhada pelo ex-presidente argentino, Eduardo Duhalde, que avaliou que o governo de Kirchner gasta todos seus esforços nas questões internas, deixando pouco espaço para sua agenda internacional e destacou que

El principal líder que tenemos es Brasil, el presidente Lula, por su personalidad y sus capacidades de decisión. Hoy necesitamos reforzar alianzas con países que tienen fronteras con Brasil, como Venezuela, y eso le da más vigor al liderazgo de Lula. Brasil es la mayor economía de la región y eso, sumado a la vocación de Lula, constituye un liderazgo.⁶⁵

Além da predominância no Mercosul, há a questão da ALCA, onde o Brasil também demonstrou certa liderança, ao defender sua posição frente aos Estados Unidos. Um fator que auxiliou para esta posição foi a maior aproximação dos demais países sulamericanos, especialmente da Argentina, aumentando as relações comerciais e políticas, permitindo demonstrar suas opiniões e intenções com relação a este processo de integração. O país assumiu todas as responsabilidades de negociar com os Estados Unidos esta questão, com o consentimento de outros países que compartilhavam a mesma idéia. Visto que uma ALCA sem o Brasil e a Argentina não faria muito sentido, o poder de barganha destes países aumentou, com a Argentina apoiando o Brasil em grande parte das oportunidades. Como o Brasil é o país com o maior parque industrial da América do Sul, seria ele o que mais corria riscos de sair perdendo com a criação da ALCA. Por este motivo teria tomado as rédeas das negociações. A Argentina, por sua vez, acompanharia o discurso brasileiro pelo fato de possuir uma situação semelhante, porém em menor escala⁶⁶.

Embora haja este reconhecimento da liderança brasileira, há quem defenda dentro desta idéia, que o Brasil possui uma liderança limitada. O argumento é que o Brasil é o ator principal no subcontinente, mas que na região “al poder de Brasilia le ha tocado y le tocará convivir con la unipolaridad estratégico-militar de los EE.UU.”⁶⁷.

⁶³ GERSCHENSON, op. cit.

⁶⁴ ESNAL, Luis. Brasil y Venezuela Lanzas una Ambiciosa Alianza Estratégica. **La Nación**, 15 fev. 2005.

⁶⁵ DUHALDE Sostuvo que Lula es el Principal Líder del Mercosur. **Clarín**, 12 jul. 2004.

⁶⁶ ESNAL, Luis. El Precio del Liderazgo Regional. **La Nación**, 20 jun. 2004.

⁶⁷ CALLE, Fabián. Brasil-Argentina: no Más Disputas por el Liderazgo. **Clarín**, 16 jun. 2005.

Esta visão de que o Brasil realmente seria o país líder na região está relacionada diretamente com a situação que a Argentina atravessava. Muitas críticas foram feitas com relação ao país e sua nova situação no cenário internacional, destacando-se suas limitações, demonstrando uma visão realista da situação argentina. Enquanto o Brasil buscava um papel de maior destaque regional, a Argentina tinha que preocupar-se com questões internas, tentando sair da crise em que se encontrava. Isso facilitou ao Brasil atingir suas intenções de liderança. “Lula trabaja arduamente para consolidar el liderazgo continental de su país, ya sin la sombra de rivalidad argentina que se interpuso en el pasado con intermitencia. La Argentina está abocada a su propia reconstrucción antes que a una política exterior de liderazgos”⁶⁸.

Críticas mais contundentes ao país afirmam que o país não possui uma política externa definida e, além deste, ainda passou por uma política econômica destrutiva, fato que fez com que

Durante las últimas décadas, en tanto Brasil aumentaba impetuosamente la distancia económica y diplomática que la separaba de la Argentina, el zigzag de nuestra conducción económica y diplomática convirtió esa distancia, que no era de ninguna forma inevitable, en el hecho insoslayable de nuestros días. Brasil, así, se nos escapa.⁶⁹

Neste contexto, reafirmando a liderança brasileira e diante da situação argentina, Eduardo Sigal, então subsecretário de Integração Econômica para a América afirmou que a única saída para a Argentina obter mais destaque internacional seria se aliando ao Brasil e, em conjunto, fortalecendo o processo do Mercosul.

Se teme a la voluntad de liderazgo de Brasil. (...) nuestro país no salió todavía de la más grave de las crisis de su historia contemporánea; tiene tras de sí una larga historia de bruscos virajes de su conducta exterior que le restaron credibilidad. La pregunta que corresponde, entonces, no es cómo evitar el liderazgo de Brasil, sino cuál es la estrategia internacional que permitirá a nuestro país convertir sus innegables potencialidades en un proceso de desarrollo nacional y fortalecimiento de su presencia internacional. Desde esta perspectiva, no se ve ninguna alternativa mejor que la alianza con Brasil y el fortalecimiento del Mercosur.⁷⁰

Em consequência destas ações que o país tomou durante o período mais recente de sua história, não restaria outra alternativa à Argentina a não ser deixar as aspirações brasileiras de lado e “ponerse de pie, capitalizar el desencanto, conseguir trabajando lo que quiso obtener sólo medrando, y recuperar así el prestigio y los espacios que no hemos perdido ni por culpa de Brasil, ni de Washington ni de ningún otro responsable que nosotros mismos”⁷¹.

⁶⁸ GERSCHERSON, Ana. El Brasil Hegemónico. El Gran Hermano del Norte. op. cit.

⁶⁹ GRONDON, Mariano. Brasil se nos Escapa: ¿Hacia Dónde Iremos? op. cit.

⁷⁰ SIGAL, Eduardo. Brasil y Argentina, una Alianza Estratégica. **La Nación**, 29 mar. 2004.

⁷¹ CISNEROS, Andrés. Brasil Nunca nos Mintió. **Clarín**, 12 maio 2005.

2.2.3 Críticas à Tentativa de Liderança

Levando-se em conta as rivalidades históricas existentes entre os dois países, seria impossível que não houvesse uma visão crítica acerca desta tentativa brasileira de obter o status de líder regional. O presidente Kirchner, em uma reunião com o presidente Lula afirmou que “los argentinos debemos dedicarnos de lleno a la reconstrucción del país. Sería irresponsable de mi parte pelear liderazgos de cualquier tipo, ni con Lula ni con nadie... ni hegemonías que *son conceptos de otras épocas*”⁷². O chanceler Bielsa seguiu no mesmo tom, ao destacar que a prioridade de seu país era a integração regional, particularmente o Mercosul. Disse ele “Debemos dejar atrás las estériles disputas de liderazgo, el tufo enfermizo de la rivalidad. (...) la prioridad de la Argentina es la integración regional, en particular al Mercosur, que se concibe como un proyecto político y estratégico”⁷³. Nenhum país da região seria grande o suficiente para deixar de lado o destino regional. Andrés Cisneros é um dos autores que criticam as ambições de “potência mundial” e “império Sulamericano”, além da posição brasileira perante o Mercosul, que seria, para este país, apenas uma ferramenta para atingir um projeto nacional de política externa. Segundo ele, o “Brasil encaró y seguirá encarando el proceso de integración con actitud positiva, pero respetando un límite que siempre estuvo a la vista: allí donde la integración afecte el desenvolvimiento autónomo brasileño, su prioridad pasará a segundo plano”. Este seria um dos fatores que contribuiriam para a baixa institucionalização do bloco⁷⁴.

Críticas mais acirradas são feitas por Felipe de la Balze e Andrés Oppenheimer. O primeiro insiste em afirmar que o Brasil não reuniria as condições necessárias a uma liderança efetiva na região.

A pesar de las apariencias generadas por una política exterior de alto perfil, Brasil no dispone de los recursos políticos y financieros y de la solidez macroeconómica necesaria para ejercer un liderazgo regional sostenido y de largo plazo. (...) Casi nada pudo hacer Brasil para ayudar a resolver la grave crisis que ha sufrido nuestro país en años recientes.⁷⁵

⁷² MAC KAY, María L..Kirchner Volvió Antes de Brasil con Gestos, pero sin Respuestas. **Clarín**, 11 maio 2005. (grifo nosso)

⁷³ GERSCHENSON, Ana. Un Lugar en el Mundo. Diplomacia Estilo K. **La Nación**. 16 nov. 2003.

⁷⁴ CISNEROS, Andrés. Brasil Nunca nos Mintió. op. cit.

⁷⁵ DE LA BALZE, Felipe. El Mercosur Tiene un Serio Talón de Aquiles. **Clarín**, 22 ago. 2004.

Por sua vez, Oppenheimer critica a “sobreatuação” da diplomacia brasileira, que estaria agindo como uma superpotência emergente. A crítica aqui concentra-se no desejo brasileiro de querer atuar em todas as frentes possíveis, sempre com um papel de destaque, onde quer que seja.

Si hay un lugar en la Organización Mundial de Comercio, Brasil lo quiere. Si hay un espacio en las Naciones Unidas, Brasil lo quiere. Si hay un trabajo en la Organización de las Naciones Unidas para la Agricultura y la Alimentación, Brasil lo quiere. Hasta querían un papa brasileño.⁷⁶

Outro fator que causa incômodos em alguns grupos na Argentina é o reconhecimento por parte dos Estados Unidos da condição brasileira de liderança, o que acabaria criando um sentimento no Brasil de ser ele o representante dos demais países da região. Porém, toda a liderança tem seus custos, os quais o governo brasileiro não estaria disposto a pagar. Ademais, o que seria um ponto central para a liderança é a aceitação dos liderados desta condição. E isto não parece ser o que ocorre com a maioria dos integrantes da chancelaria argentina.

Além das diferenças comerciais, das fortes personalidades dos dois presidentes e da busca da liderança por parte de Lula, duas questões foram as que geraram as maiores críticas e discussões por parte de segmentos da sociedade argentina e que dificultaram o relacionamento entre os dois países durante o mandato de Kirchner: a ampliação do CSONU e a constituição da Comunidade Sulamericana de Nações (CASA).

A questão do CSONU se dá em torno do assento. Ambos os países concordam que deve haver uma ampliação do número de membros, a fim de ampliar a representatividade do organismo. Ambos defendem um assento fixo para a região. Mas é neste ponto que está a diferença. Enquanto a Argentina propõe um assento rotativo para os países da América Latina – e isso inclui o México –, o Brasil reclama o assento para a América do Sul, para si, pois este corresponderia a sua liderança na região. A expansão do desejo Argentino, que inclui toda a América Latina, até o México, tem por objetivo trazer este país para a disputa pela liderança regional, uma vez que ele seria mais um grande país na região e um forte competidor a fazer frente ao Brasil pela liderança da América Latina. Quanto a esta tentativa, o Brasil simplesmente a rechaça, defendendo um assento para a América do Sul, afirmando estar o México mais na órbita dos Estados Unidos do que daquela da América Latina. Foi experimentada, ademais, com o intuito de acabar com estas tensões entre os dois países, até mesmo uma espécie de cadeira conjunta no CSONU, onde os dois países cooperaram e trabalharam em conjunto, atuando de forma coordenada no Conselho.

⁷⁶ OPPENHEIMER, Andrés. Las Pugnas Internas de América Latina. **Clarín**, 10 maio 2005.

A cadeira permanente, porém, não será concedida pela Argentina pois causaria um desequilíbrio de forças na América Latina, sendo que “si el anhelo brasileño se viese finalmente satisfecho, nuestro vecino y socio mayor del Mercosur adquiriría una inédita hegemonía en las cuestiones de paz y seguridad”. Como destacara o presidente Kirchner, a Argentina é contra a ampliação dos assentos permanentes e a criação de outras categorias, tais como a de assento semipermanente⁷⁷.

Bernal-Meza faz um resumo da questão, expondo que

Con el gobierno de Néstor Kirchner, la posición oficial sigue siendo muy cautelosa, pero reproduce las ideas y percepciones de la tradicional visión argentina, según la cual existe entre ambos países – a pesar de las grandes diferencias geoeconómicas y de poder relativo – una disputa por la posición dominante o representativa de la región. La Argentina sigue desconociéndole – o negándole – a Brasil el derecho a transformarse en el representante permanente de la región dentro del Consejo de Seguridad.⁷⁸

O outro importante ponto de maior tensão entre os dois países é a CASA. Esta comunidade é vista na Argentina como sendo apenas uma tentativa brasileira de promover sua liderança na região, e a conseqüente maior facilidade na obtenção do assento permanente no CSONU. A pouca importância dada pelo governo argentino pode ser observada já no encontro que criou a comunidade, onde o presidente da Argentina, sob a alegação de problemas médicos na altitude de Cuzco no Peru, não compareceu. Isso foi visto por alguns como uma tentativa de “dar as costas” ao processo de consolidação da liderança brasileira. Os principais argumentos argentinos para criticar a intenção brasileira de fortalecer a CASA são a sua determinação de consolidar o Mercosul antes de partir para outro processo integracionista e o fato de que o Brasil quer avançar muito rápido neste processo, preferindo o país portenho iniciar com mais cautela e, com o tempo, dar um maior conteúdo real à comunidade. Tokatlian afirma que a união dos países, em um momento de ascendente capacidade internacional brasileira, em conjunto com uma queda da Argentina, aumentaria a influência e o poder brasileiros.

Desde hace décadas, Brasil tiene la política sudamericana más coherente, y por su peso específico busca el liderazgo regional de cara al mundo. Esto [por la unión sudamericana] aumenta su capacidad para concertar acuerdos y atraer la atención de Estados Unidos. Simultáneamente, la Argentina lleva décadas sin resolver su problema de identidad: somos autárticos, sudamericanos, latinoamericanistas o creemos que América del Sur es un barrio y que nosotros estamos a punto de llegar al Primer Mundo⁷⁹

⁷⁷ LA REFORMA de la ONU. **La Nación**. Editorial III, 3 nov. 2004.

⁷⁸ BERNAL-MEZA, 2008, op. cit., p. 166.

⁷⁹ CARBONE, Florencia. La Comunidad Sudamericana Provoca Dudas en Especialistas. **La Nación**, 14 nov. 2004.

Uma outra questão interessante a ser exposta acerca da liderança na região é a ascensão de Hugo Chávez na Venezuela e sua vontade de buscar uma voz destacada na América do Sul, até mesmo uma liderança na região. A partir de meados do seu mandato, Kirchner passou a se aproximar mais do presidente venezuelano.

Com a crise na Argentina, o Brasil estava com o caminho livre para executar sua diplomacia de prestígio, em busca de tornar-se uma potência. Mas a dedicação à conformação de uma diplomacia multilateral com alcance em todos os continentes, fizera com que o Brasil deixasse um espaço na região da América do Sul, o que favoreceu o aparecimento de Chávez e da sua intenção de competir pela liderança no subcontinente⁸⁰.

No início do governo de Néstor Kirchner, este país mantinha boas relações com o Brasil e ajudava-o na tarefa de “contenção” de Hugo Chávez, idéia amplamente apoiada pelos Estados Unidos. Com este objetivo, Washington iria fortalecer a “liderança do Brasil e da Argentina”, as duas maiores economias da região. Esta atuação conjunta se daria porque “la necesidad es lo que los junta: la Argentina no quiere sacar el conflicto con Uruguay de lo bilateral (a pesar de que, a veces, hace lo contrario en otras esferas). Y Brasil necesita de la Argentina para frenar los ímpetus de liderazgo de Chávez”⁸¹. Com a iminência do ingresso da Venezuela no Mercosul, esta idéia de moderação aumentou, focando-se principalmente nos ataques verbais a Washington. Embora tenha havido uma forte aproximação da Argentina à Venezuela em determinado momento, principalmente em meados de seu governo, devido à vários fatores, inclusive o grande volume de compras de títulos da dívida Argentina por parte da Venezuela em 2006, com a intenção de contrapor-se à possível liderança brasileira na região, esta aproximação diminuiu e “hace rato que Kirchner decidió que Brasil debe ser el principal aliado internacional de la Argentina, con Mercosur o sin él”⁸².

Em paralelo a esta visão de que a Argentina e Brasil estariam juntos na tentativa de evitar uma investida venezuelana pela liderança regional, há quem veja uma competição entre Brasil e Venezuela, ficando a Argentina relegada ao simples papel de um agente passivo, um mero espectador, não tendo mais protagonismo algum nesta disputa, reconhecendo a situação diferente de outros tempos em que se encontra o país. Bernal-Meza é um dos defensores desta idéia, ao afirmar que

Con un Brasil decididamente volcado a asumir el papel de potencia regional, Argentina, habiendo abandonado el activismo y las aspiraciones a un liderazgo internacional de la mano de Estados Unidos, como el que caracterizó en los 90's las presidencias de Carlos Menem, con Néstor Kirchner no mostró, en ningún momento,

⁸⁰ PÉREZ LLANA, Carlos. El Futuro del Pasado. **La Nación**, 1 ago. 2006.

⁸¹ SOLÁ, Joaquín M. Final Anticipado para un Frágil Mercosur. **La Nación**, 3 maio 2006.

⁸² SOLÁ, Joaquín M. Ya Empezó el Cambio en Política Exterior. **La Nación**, 21 nov. 2007.

una predisposición a competir con Brasil por el liderazgo sudamericano. Ese lugar lo ocuparía Chávez⁸³.

As visões da Argentina com relação ao Brasil são, portanto, muito variadas. Devido à rivalidade histórica existente entre os dois países pela disputa da liderança na região, há sempre muitas críticas com relação à maior inserção brasileira no cenário internacional e à busca pela liderança na região, parecendo-lhes inadmissível que isto ocorra. Houve ainda quem, no início do governo Kirchner, tentasse uma liderança dividida na região, baseando-se principalmente no Mercosul. Mas há também quem fique consternado com a possível liderança brasileira pelo fato de reconhecer a situação na qual se encontra o país, que saiu faz pouco tempo da pior crise de sua história e ainda está juntando os cacos, na tentativa de se recuperar. Uma última corrente é aquela que, mesmo sabendo a situação do país e reconhecendo sua fragilidade, apóia terceiros países na tentativa de fazer uma contraposição à possível liderança brasileira.

⁸³ BERNAL-MEZA, 2008, op. cit., p. 174.

3. VENEZUELA

3.1 DA DEMOCRACIA À ABERTURA NEOLIBERAL

3.1.1 A Política Externa Venezuelana dos Anos 50 aos Anos 80

A Venezuela é um país cuja democracia é das mais antigas na América do Sul. E para que possamos entender a atual política externa do presidente Hugo Chávez é de suma importância uma retrospectiva histórica do que foi a diplomacia do país durante este período democrático.

A história deste período democrático iniciou-se em 23 de janeiro de 1958, quando foi por terra o regime militar do general Pérez Giménez. Após a sua queda, foi fixado, através do Pacto de Punto Fijo, um acordo entre os dois principais partidos políticos do país, AD (Ação Democrática), de inclinação social democrática e COPEI (Comitê de Organização Política Eleitoral Independente), com tendência social-cristã. Estes partidos viriam a se alternar no poder, dando uma continuidade nas estruturas políticas, beneficiando-se das rendas oriundas do petróleo. De acordo com Romero,

Este modelo fue desarrollando una ingeniería política, una politeia basada en un proyecto nacional con rasgos democráticos representativos y una fuerte intervención del Estado en la economía y en la vida social, en el marco de unas reglas de juego explícitas garantizadas por la Constitución Nacional del año 1961 y con el respaldo de las Fuerzas Armadas.⁸⁴

Com a ascensão do presidente Rômulo Betancourt, veio também a Doutrina Betancourt, que pregava apenas o reconhecimento de governos oriundos de eleições democráticas, denotando uma superioridade política sobre os outros países do continente. A política regional venezuelana passaria a se basear em duas idéias que seriam combustível para o sentimento de autoconfiança do país, “a superioridade econômica advinda da riqueza

⁸⁴ ROMERO, Carlos A. La Crisis Política en Venezuela. In: ARAUJO, Heloísa V. De (org). **Os Países da Comunidade Andina**. Brasília: FUNAG / IPRI, 2004, v.1, p. 15.

petrolífera e a superioridade política advinda da tradição democrática, inaugurada por Rômulo Betancourt, em 1959”⁸⁵.

Foram os acontecimentos desta década de 1950 que acabaram por determinar as bases da política externa da Venezuela que seriam utilizadas pelas próximas décadas, até o início dos governos neoliberais. Estas bases viriam a ocasionar

três consequências externas: dependência das exportações do petróleo, cerca de 90% do total; estreitamento e dependência com relação aos EUA, principal investidor, cliente e fornecedor; e problemas de relacionamento político com o Caribe, a América Central e a América do Sul⁸⁶.

A partir destes três pontos, a atuação externa se concentraria na manutenção de mercados e defesa dos preços do petróleo, no desenvolvimento do relacionamento com os Estados Unidos e a luta por governos democráticos no continente.

Os governos seguintes ao de Betancourt mantiveram as características básicas, tais como o aproveitamento das rendas do petróleo com o intuito de estabelecer um processo de industrialização por substituição de importações, que acabaria não sendo bem-sucedido devido à “doença holandesa”. Outra característica foi um isolacionismo inicial, com o país rejeitando o terceiro mundismo, preferindo não aderir ao Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT) e à Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC), além de entrar em confronto tanto com a esquerda de Castro quanto com as ditaduras de direita, baseando-se os governos venezuelanos para tomar tais atitudes na Doutrina Betancourt. Este isolamento foi uma “escolha a posteriori, feita quando os dirigentes amargaram frustrações pelo fato de haverem procurado exercer influência regional a partir da riqueza econômica e espiritual e esbarraram em explícitas ações de obstrução dos parceiros do sistema interamericano”⁸⁷.

O que também contribuiu para o isolamento foi o protecionismo à sua indústria, uma vez que não mantinha relações comerciais com muitos países vizinhos, que gostariam de poder contar com o petróleo venezuelano. Esta atitude acabou causando até mesmo certa hostilidade por parte de alguns países vizinhos.

Romero, por sua vez, divide os objetivos principais da política externa da Venezuela neste período em objetivos formais e reais.

Los objetivos formales eran: asegurar y defender la salud del sistema político, mantener un margen de autonomía en la política internacional, diversificar el comercio exterior del país, preservar la integridad del territorio nacional, participar

⁸⁵ CERVO, Amado L. A Venezuela e seus Vizinhos. In: Guimarães, S. Cardim, C. H. (orgs). **Venezuela: Visões Brasileiras**. Brasília: IPRI, 2003. p. 153.

⁸⁶ CERVO, Amado L. **Relações Internacionais da América Latina: Velhos e Novos Paradigmas**. Brasília: IBRI, 2001. 320 p.

⁸⁷ CERVO, Amado L. A Política Exterior da Venezuela. In: ARAUJO, Heloísa V. De (org). **Os Países da Comunidade Andina**. Brasília: FUNAG / IPRI, 2004, v.1, p. 54.

activamente en las organizaciones internacionales y en otros mecanismos de concertación mundial y defender y promover precios justos y mercados confiables para el petróleo venezolano. Los objetivos reales eran: mantener unas relaciones estables con Estados Unidos, contener la posibilidad de los autoritarismos y otras formas políticas no democráticas en América Latina y el Caribe y preservar las fronteras del país.⁸⁸

Pode-se ainda, grosso modo, dividir as características da política externa em três períodos, sendo o primeiro

Entre 1959 e 1967, a ação externa do país concentrou-se na busca da consolidação democrática na região, na caracterização e no impulso do processo de substituição de importações, na promoção da criação da OPEP, em parceria com outros grandes produtores de petróleo, e orientou-se, no cenário regional, pelo não reconhecimento de governos autoritários. (...) Também reforçou o seu ativismo multilateral, especialmente de natureza hemisférica, e não se furtou de evidenciar o seu anticomunismo militante e de hostilizar o terceiro-mundismo reivindicatório.⁸⁹

Já um segundo período iria de 1967 ao início dos anos 80, quando a política externa venezuelana modificou sua atuação, consagrando os temas econômicos da integração, fazendo com que eles sofressem uma politização. Também houve a diminuição das exigências democráticas, que haviam causado o isolacionismo. Dois governos atuaram de forma mais destacada neste momento, o de Rafael Caldera e o de Carlos Andrés Pérez.

Rafael Caldera governou no período de 1969 a 1974, pondo em prática uma política de nacionalismo democrático, através da qual ele fixou o preço do petróleo, além de dar início a um processo de nacionalizações, de diminuição das tensões com Cuba e de aumento do intercâmbio com o bloco soviético. Também decidiu ingressar na ALALC e iniciou ações regionais a fim de aproximar-se dos países vizinhos, a quem pretendia fornecer petróleo, dando o primeiro passo rumo a uma maior aproximação com o Brasil, país com o qual quase não possuía relações econômicas à época. Agindo desta forma diminuiu seu comprometimento com a Doutrina Betancourt, ao mesmo tempo em que deu um caráter de maior realismo a sua política externa. Ademais, Caldera “proclama a tese da ‘justiça social internacional’ (solidariedade do terceiro mundo em busca de uma nova ordem internacional de menor desigualdade entre o Norte e o Sul) e a do ‘pluralismo ideológico’ (coexistência pacífica com Cuba)”⁹⁰.

O seu sucessor, Carlos Andrés Pérez, também realizou uma política de nacionalizações das principais indústrias do país, incluídas neste caso a do petróleo, a do aço e

⁸⁸ ROMERO, Carlos A. **Jugando con el Globo: la Política Exterior de Hugo Chávez**. Caracas: Ediciones B, 2006, p. 98.

⁸⁹ LESSA, Antônio Carlos. A Venezuela e a Integração Regional. In: ARAUJO, Heloísa V. De (org). **Os Países da Comunidade Andina**. Brasília: FUNAG / IPRI, 2004, v.1, p.153.

⁹⁰ BOERSNER, Demétrio. **Relaciones Internacionales de América Latina**. Caracas: Nueva Sociedad, 1991, p. 234. (tradução nossa).

a do cobre. Iniciou uma tentativa de atuação mais ativa na cenário político internacional, com o ingresso no Movimento dos Países Não Alinhados, no Pacto Andino e no Sistema Econômico Latino-Americano (SELA), além de buscar aumentar sua influência no Caribe e na América Central. Estas iniciativas teriam como objetivo um papel de maior proeminência na região, ajudando o país a tornar-se uma potência regional. O presidente “substitui a doutrina Betancourt pelos sonhos bolivarianos de liderar a América Latina”⁹¹.

Este período contribuiu para o fato de que “a Venezuela prosseguirá vivendo de sonho e de ilusão: o sonho bolivariano e a ilusão do petróleo. O primeiro não lhe garantiria a pretendida liderança sobre a América do Sul e a segunda não traria o desenvolvimento social e econômico esperado”⁹². Esta busca pelo aumento de influência e pela liderança na região seriam “sustentados mais por uma conjuntura extremamente favorável do que por fatores estruturais”⁹³, representados pelo aumento dos preços do petróleo.

Também foi neste período que ocorreu uma aproximação entre Venezuela e Argentina, países que se demonstravam inquietos perante o acelerado crescimento brasileiro e também o incremento de sua influência regional, sendo que, por vezes, uniam-se na obstrução dos ideais brasileiros. Exemplos claros desta política ocorreram nos governos de Rafael Caldera e de Carlos Andrés Pérez, que buscavam, através do eixo Caracas-Buenos Aires, limitar o crescimento da influência brasileira na região.

Com o advento dos anos 80, passaram a ocorrer transformações no cenário internacional, que colocaram o país em situação de dificuldades. As principais delas foram a crise da dívida externa, que atingiu todos os países da América do Sul, com o aumento da taxa de juros nos Estados Unidos; e a queda nos preços do petróleo, que atingiu em cheio a principal fonte do ativismo internacional venezuelano.

Neste contexto, a vizinhança adquiriu um papel de maior importância na política externa venezuelana. Ocorreu uma maior aproximação com o Brasil, em grande medida pela crise na América Central e tensões no Caribe; pelo processo de redemocratização colocado em prática pelo governo brasileiro; e pelas convergências nas questões de âmbito planetário, principalmente na ONU – ambos buscavam “expressar uma voz de liderança dos países do terceiro mundo no quadro de antagonismo Norte-Sul”⁹⁴. Outro fator que contribuiu nesta aproximação foi uma mudança na imagem do Brasil aos olhos Venezuelanos, que passara de

⁹¹ CERVO, 2003, op. cit., p. 155.

⁹² CERVO, 2003, Ibid., p. 156.

⁹³ VIZENTINI, Paulo F. A Política Externa da Venezuela frente à Globalização (1989 – 2001). In: Guimarães, S. Cardim, C. H. (orgs). **Venezuela: Visões Brasileiras**. Brasília: IPRI, 2003a, p. 58.

⁹⁴ MEDINA, 1985, p. 81 apud VIZENTINI, 2003a, Ibid., p. 61.

“país expansionista e dominador para país em desenvolvimento e cooperativo”⁹⁵. Com esta mudança de olhar, os dois países, juntamente com outros, criaram o Tratado de Cooperação Amazônica. Acentuou-se a aproximação bilateral no governo Sarney, com a criação dos programas Calha Norte e PRODESSUR, além de tratativas com o presidente venezuelano Lusinchi, nos moldes dos acordos tratados com Alfonsín, da Argentina, criando uma proposta integracionista na região norte do continente Sul-americano.

Esta crise econômica que atingiu o país “fez baixar o perfil ativo e recalçou o sentimento de superioridade que nutriu a ação internacional da Venezuela desde os anos 50. Esse ‘choque de realidade’ fez com que o país passasse a se interessar mais diretamente pela cooperação com os países latino-americanos”⁹⁶.

Todos estes fatores causadores da crise fizeram com que viessem críticas políticas de ambos os espectros econômicos, fazendo com que os anos 80 na Venezuela se caracterizassem “por um progressivo desencanto do povo venezuelano com as instituições, diante da aparente incapacidade governamental de reverter a situação e debelar a crise”⁹⁷. Assim, no final dos anos 80, a Venezuela possuía todos os sintomas do “grave” problema econômico que somente o Consenso de Washington poderia salvar.

2.1.2 Os Governos Neoliberais de Carlos Andrés Pérez e de Rafael Caldera

É neste contexto que é re-eleito Carlos Andrés Pérez, voltando ao poder graças ao prestígio que havia conseguido quando foi presidente, nutrindo esperanças na população de uma volta aos bons tempos. Mas, para a decepção do povo, pouco tempo depois de tomar posse, o presidente promove – buscando sair da grave situação em que se encontrava o país, com uma situação de baixa cotação de petróleo, endividamento, inflação e falta de reservas – “el gran virage”, política constituída por medidas econômicas de cunho liberal, baseadas no ideário do Consenso de Washington, apoiados pelo FMI. A fim de obter crédito, aceitou as condições impostas pelo FMI, dando garantias da implantação de austeridade econômico-financeira. Eliminou os subsídios, aumentou as tarifas dos serviços públicos, privatizou

⁹⁵ CERVO, 2004, op. cit., p. 54.

⁹⁶ LESSA, 2004, op. cit., p. 154.

⁹⁷ AZEREDO, Mauro M. de. A Crise da Democracia Venezuelana. Relações com os Estados Unidos. In: Guimarães, S. Cardim, C. H. (orgs). **Venezuela: Visões Brasileiras**. Brasília: IPRI, 2003, p. 111.

empresas públicas, reduziu a administração e realizou um aperto orçamentária, dentre outras medidas da cartilha neoliberal.

Estas medidas levaram ao que ficou conhecido como “Caracazo”, em fevereiro de 1989, quando estouraram protestos populares, numa revolta contra o aumento do preço dos combustíveis e dos preços das tarifas do transporte público. No dia 28 daquele mês, o presidente Pérez decretou Estado de emergência no país e suspendeu as liberdades civis, criando uma situação de repressão violenta, que acabou debelando a rebelião. Independente destes acontecimentos, a política neoliberal continuou sendo implementada. A reestruturação promovida pelo Consenso de Washington fez com que aumentasse a dependência com relação aos Estados Unidos, levando a Venezuela a apoiar várias iniciativas estadunidenses, tais como as campanhas de democratização e anti-drogas na região e a política para o Golfo Pérsico.

O presidente promoveu uma rápida abertura e decidiu-se pela busca de uma maior integração, na tentativa de atualizar o mais rápido possível o perfil de atuação do país nas relações econômicas internacionais. Exemplos deste processo integracionista deram-se em 1989, com a negociação de uma zona de livre comércio com a Colômbia e o México, constituindo o G-3; com os ingressos em 1990, no GATT e em 1992 no Pacto Andino. Neste mesmo ano, assina um acordo comercial e de investimentos com CARICOM. Também reaviva a participação nas organizações multilaterais, dando prioridade à OEA, com seus interesses e pontos de vista constantemente coincidindo com aqueles dos Estados Unidos.

Dentre os objetivos da política externa de Pérez estavam

- 1) lograr un nuevo enfoque de la integración con el propósito de fortalecer las instituciones de cooperación subregionales y reactivar la cooperación Sur-Sur, así como los mecanismos de negociación y consulta Norte-Sur; 2) desarrollar una activa diplomacia comercial en lo bilateral y multilateral, orientada a incrementar las exportaciones no tradicionales y al vincular al país con espacios económicos ampliados mediante acuerdos de libre comercio; 3) reforzar estas iniciativas económicas a través de la conformación de alianzas estratégicas en diversos ámbitos (tecnológicos, culturalesm políticos); 4) reforzamiento de la solidaridad y la democratización internacional especialmente a través de una estrategia activa de defensa y promoción de la democracia representativa en el hemisferio americano.⁹⁸

Neste governo, as relações com o Brasil se fortaleceram. Avançaram no sentido de propor uma zona de livre comércio para a América Latina e também da criação de discussões sobre temas ecológicos e de segurança fronteiriça. Reconhecida a sua importância na integração da América Latina, retornou o desejo de desempenhar um papel decisivo na região, principalmente no que tange à questão da integração, não obstante estivesse passando por um momento de grande instabilidade interna.

⁹⁸ ROMERO, María Teresa. **Política Exterior Venezolana: El Proyecto Democrático, 1958-1998**. Venezuela: Los libros de El Nacional, 2002, p. 129-130.

Em fevereiro de 1992, ocorreu um movimento dos oficiais bolivarianos, na tentativa de dar um golpe de Estado, tendo na figura de Hugo Chávez um de seus líderes. O povo, em sua maioria, se posicionou contra a tentativa de golpe, mas mesmo assim apoiou as alegadas motivações do golpe – luta contra a corrupção e a incapacidade das instituições de responderem às demandas da população, além de serem contrários ao neoliberalismo e às suas consequências nefastas. Após o ataque, mesmo que não tenha sido bem sucedido, a popularidade de Chávez aumentou muito, uma vez que demonstrou ao povo que algo deveria mudar no país.

A situação do presidente foi se complicando até que, em maio de 1993 ocorre o seu impeachment, sob acusações de mau uso do dinheiro público. O pano de fundo para estes acontecimentos foi “a grande instabilidade econômica, caracterizada por picos inflacionários, quedas bruscas e agudas da taxa de crescimento econômico e o declínio constante do preço do barril do petróleo, motor da economia Venezuelana e principal fonte de renda pública”. Esta situação acarretou em “um crescente cinismo da população para com as instituições políticas, as elites dirigentes em geral e com os partidos dominantes, em particular”.⁹⁹

Com queda de Pérez, os seus substitutos concentraram sua política externa basicamente em obter o apoio dos Estados Unidos e do resto da América Latina à democracia venezuelana e ao processo de convocação de eleições presidenciais para dezembro de 1993, no qual seria eleito Rafael Caldera. Com plataforma populista, ele proclamava uma administração ética, na qual deveria haver uma luta contra a corrupção e a favor dos direitos políticos, além de liberdade no âmbito internacional; jurídica, pregando a não intervenção e auto determinação dos povos; e social, baseado nos direitos humanos.¹⁰⁰

Eleito como candidato por uma aliança de pequenos partidos, representou o fim da fase bipartidária que fora estabelecida sob o Pacto de Punto Fijo. Iniciou o governo com uma forte crítica às políticas de abertura empreendidas por seu antecessor. As prioridades da política externa tornaram-se uma forma de alcançar objetivos internos. Na primeira metade do seu mandato, seguiu uma linha intervencionista, mas, em 1996, diante de uma situação de deterioração da economia, que passava por um período de recessão e de desequilíbrio macroeconômico, resolveu assinar um acordo, acatando as imposições do FMI, adotando o neoliberalismo e todos os seus princípios, tais como a estabilização macroeconômica e

⁹⁹ AMORIM NETO, O. De João Goulart a Hugo Chávez: a Política Venezuelana à Luz da Experiência Brasileira. In: Guimarães, S. Cardim, C. H. (orgs). **Venezuela: Visões Brasileiras**. Brasília: IPRI, 2003, p. 88.

¹⁰⁰ ROMERO, 2002, op. cit., p. 147.

profundas reformas institucionais, o que resultou em grande perda de popularidade. Esta adoção do neoliberalismo ficou conhecido como “Agenda Venezuela”.

A política externa de Rafael Caldera foi baseada na busca de uma reafirmação da Venezuela nas relações internacionais como um líder da ética, que lutava pela democracia, solidariedade e cooperação regional, em busca de um espaço comum de paz e democracia no hemisfério¹⁰¹. Com estas idéias, sua atuação nos foros multilaterais, tais como ONU, OEA e Grupo do Rio, tinha como bandeira o combate à corrupção. Paralelamente, ocorreu uma diminuição da importância ou um afastamento da área historicamente de maior influência da Venezuela, a América Central e o Caribe, graças à reorientação da agenda de política externa de Caldera, que priorizou as relações com os países vizinhos e com a América do Sul. Também iniciou uma política de maior autonomia frente aos Estados Unidos, tentando modificar as relações mantidas por seu antecessor.

Marco importante desta maior aproximação é o ano de 1995, quando o presidente manifesta interesse em ingressar no Mercosul. Com a criação do NAFTA, a sua influência na América Central e no Caribe diminuíram, assim como as relações com o México. Crescia, desta forma, a importância da integração sulamericana nos discursos venezuelanos, que ganhavam uma maior afinidade com o pensamento brasileiro, acerca da visão de mundo e cooperação técnica em diversos temas, iniciada já durante o governo de Itamar.

Porém, a implantação de reformas neoliberais tiveram seu preço. As consequências sócio-políticas internas da implementação de reformas de cunho neoliberal tiveram aspectos negativos, extremamente perigosos, que foram desprezados pelos sucessivos governos. “Uma alteração de rumos foi inevitável para Caracas no que se refere à inserção internacional”¹⁰².

3.2. A ASCENSÃO DE CHÁVEZ

3.2.1 O Início do Governo e a Nova Constituição

¹⁰¹ ROMERO, 2002, *Ibid.*, p. 149.

¹⁰² VIZENTINI, 2003a, *op. cit.*, p. 56.

Na campanha eleitoral, em 1998, Hugo Chávez resolveu atacar tanto os partidos políticos dominantes quanto a ordem política vigente. Lançou críticas ao sistema econômico, colocando-se como representante da pátria, em oposição ao restante dos partidos, que serviriam unicamente à destruição nacional. A sua principal promessa era realizar um referendo para convocar uma Assembléia Nacional Constituinte (ANC).

Um candidato “outsider”, que era apoiado por uma coalizão de partidos e organizações sociais, acabou por formar o Pólo Patriótico. Chávez pregava em sua campanha uma ruptura com o passado, buscando tirar do poder as elites que lá estavam havia muito tempo. Propunha também o impulso de uma economia protegida, uma democracia participativa e protagônica, a redução das relações com os Estados Unidos e um papel diferente para a empresa petrolífera da Venezuela¹⁰³.

Eleito com 56% dos votos, representou o fim definitivo do Pacto de Punto Fijo. A ascensão de Chávez coincidiu com três fenômenos: o descontentamento das elites locais, no comando desde punto Fijo; o descontentamento dos Estados Unidos, cujos interesses foram contrariados pela Revolução Bolivariana; e a instabilidade social e política resultante destas forças, uma interna e outra externa¹⁰⁴.

Logo que assume, em fevereiro de 1999, o presidente Chávez recusa-se a jurar respeito à Constituição. Em seu primeiro ato, convoca uma ANC, uma vez que não confiava no Congresso eleito em 98 a ponto de incumbi-lo da missão de preparar a nova constituição. Na eleição, seu partido obteve a maioria das cadeiras – 119 de 131 cadeiras. Esta vitória aconteceu graças à inegável popularidade de Chávez e ao sentimento difuso da necessidade de mudança institucional, além da desarticulação da oposição diante do Pólo Patriótico¹⁰⁵. Iniciava-se assim a “quinta República” na Venezuela, ficando na história a obsoleta “quarta república”.

Com esta ampla maioria, Chávez conseguiu modificar a Constituição, que ampliou a participação decisória do povo e o requisito de maior transparência governamental, fazendo com que o Estado assumisse um papel de protagonista, com o presidente recebendo amplos poderes e dando forte ênfase aos direitos dos trabalhadores¹⁰⁶. As principais reformas empreendidas foram a ampliação do mandato para seis anos; a possibilidade de reeleição; a criação de uma Assembléia Nacional Unicameral, com o poder presidencial para a sua dissolução; a instituição do voto para militares; a deposição de cargos mediante referendo

¹⁰³ ROMERO, 2006, op. cit., p. 73 (tradução nossa).

¹⁰⁴ CERVO, 2004, op. cit., p. 60.

¹⁰⁵ AZEREDO, op. cit. p. 135.

¹⁰⁶ VIZENTINI, 2003a, op. cit., p. 70.

popular depois de cumprido metade do mandato. As reformas econômicas e sociais impostas pelo novo presidente frearam, de certa forma, o neoliberalismo vigente durante a década, iniciando uma política externa mais independente.

Há um alto grau de personalismo e presidencialismo na figura do presidente Chávez, que possui um amplo apoio popular a sua liderança. Tinha dentre seus objetivos acabar com o conservadorismo e com qualquer resquício da experiência neoliberal anterior, instaurando um modelo político de nacionalismo social. Passou a criticar ferrenhamente as principais idéias do fim do século XX, tanto a globalização quanto o neoliberalismo, aumentando o tom de crítica ditado por Fernando Henrique Cardoso, no final de seu mandato – representado por uma globalização assimétrica – trazendo a idéia de uma globalização “perversa”.

3.2.2 Política Externa de Hugo Chávez nos dois Primeiros Mandatos

Logo que assume, em 1999, declara que sua política externa iria privilegiar as relações com a América Latina e com a bacia do Caribe, defendendo o ideal de integração bolivariana, tendo a Venezuela um papel central nas relações com a Comunidade do Caribe. Desde seu discurso de posse, Chávez já demonstrava que a vizinhança teria tratamento prioritário, chegando até mesmo ao ponto de demonstrar a intenção de criar um bloco de força na região, que serviria para auxiliar no objetivo de construção de uma multipolaridade mundial no século XXI.

A agenda externa de Chávez envolvia os temas da democracia, integração, finanças e comércio, petróleo e segurança. Estes temas seriam conformados por dois conceitos: o realismo, que corresponde a uma política exterior de poder, e o estruturalismo, que considera a reprodução da desigualdade pelo capitalismo. Chávez, desta forma, deu um passo no sentido de reforçar a simbiose entre os elementos velhos e novos, por meio de uma visão geopolítica (o mundo ideal seria aquele que fosse multipolar), geoeconômica (a integração deve transcender o comércio) e geocultural (desafio ao neoliberalismo) ¹⁰⁷.

Na tentativa de reforçar sua posição no cenário internacional, Chávez buscou, logo no início de seu governo, a rearticulação da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), a fim de obter melhores preços para seu principal produto de exportação. Isso seria

¹⁰⁷ CERVO, 2004, op. cit., p. 62.

essencial para atingir certa estabilidade interna e daria maior fôlego para suas políticas integracionistas bolivarianas. Além de reanimar a OPEP, Chávez estava em busca de um maior protagonismo dentro da organização. Com este mesmo intuito, visitou a China e estreitou relações com a Rússia. Todas estas ações fariam parte de uma tentativa de dar conteúdo à defesa do estabelecimento de uma ordem internacional multipolar, com a intenção de resgatar significativo protagonismo estratégico para as potências médias do terceiro mundo¹⁰⁸. Esta reestruturação na política externa fez com que houvesse uma convergência com a política externa brasileira nos seguintes pontos

a) o conceito de globalização assimétrica como correção ao conceito neoliberal de globalização benéfica; b) o conceito político e estratégico de América do Sul; c) o reforço do núcleo central robusto da economia nacional como condicionante da interdependência global; d) a prévia integração da América do Sul como condicionante da integração hemisférica; e) a percepção da nocividade da ALCA, caso se estabeleça sem os condicionamentos anteriores e sem a reciprocidade comercial efetiva; f) a reserva ante o aspecto militar do Plano Colômbia; g) o repúdio a qualquer presença militar norte-americana e seus voos na Amazônia; h) a decisão de não privatizar o setor petrolífero¹⁰⁹.

Quatro áreas básicas, denominadas fachadas, foram selecionadas para dirigir os esforços da diplomacia e a ação do governo: a Atlântica – Cooperação Binacional com a Guiana –, a Caribenha (aliança estratégica com países da região), a Andina (ao lado de Colômbia e suas relações) e a Amazônica (cooperação com o Brasil e aproximação ao Mercosul). O objetivo síntese das iniciativas regionais era a integração. Os meios seriam importantes projetos de cooperação bilateral¹¹⁰.

Com base na nova Constituição, o presidente Chávez se submete a uma nova eleição, na qual se sai vitorioso. A partir deste momento, a política externa ganha um tom mais incisivo. Os fins e objetivos da política externa, a partir de 2000 seriam basicamente “desarrollar una política activa creando nuevos compromisos, fundamentalmente en América Latina y en la OPEP y apoyar la tesis de la búsqueda de un mundo multipolar”¹¹¹. Sua diplomacia passou a ter uma agenda diferente da vigente até então no país, combinando temas tradicionais com outros novos, cujas principais características eram

“la utilización del petróleo como el instrumento principal de participación en el escenario mundial y hemisférico, el activismo internacional del país, la promoción de un nuevo modelo político – la democracia participativa y protagónica –, el lanzamiento de un nuevo modelo económico – el desarrollo endógeno y el socialismo del siglo XXI –, la promulgación de una nueva Ley de Servicio Exterior, la ideologización del servicio exterior y la generación de una diplomacia ‘social’ con el

¹⁰⁸ VIZENTINI, 2003a, op. cit., p. 77.

¹⁰⁹ CERVO, 2003, op. cit., p. 168-169.

¹¹⁰ CERVO, 2004, op. cit., p. 60.

¹¹¹ ROMERO, 2004, op. cit., p. 22.

respaldo a diversas organizaciones políticas, sociales y culturales globales en el ámbito internacional”¹¹².

As linhas de política externa da Venezuela foram apresentadas de forma mais detalhada pelo Plano de Desenvolvimento Econômico e Social 2001-2007. A atuação externa do país passaria a ser desenvolvida com o intuito de auxiliar no desenvolvimento do país, impulsionando a democratização interna. Os pontos principais do documento eram

“promover a multipolaridade da sociedade internacional, mais favorável à democracia, aos direitos humanos e à paz; promover a integração latino-americana e caribenha, em sua versão política, mediante o reforço dos grupos de articulação, especialmente o Grupo do Rio, e em sua versão de unidade econômica, cultural e humana e guiar o bloco para estreitamento com outros blocos e regiões; consolidar e diversificar as relações internacionais, seja com países vizinhos, seja com sócios econômicos tradicionais, promovendo a cooperação Sul – Sul e a busca de novos parceiros; fortalecer a posição da Venezuela na economia internacional, por meio da OPEP, da diversificação de pautas de exportação, da associação de empresas venezuelanas com outras no exterior e da venda de Orimulsión; promover novo regime de segurança hemisférica, redefinindo o papel das forças armadas dentro do complexo de segurança sul-americano”¹¹³.

Estas orientações contribuíram para que

la política exterior de Venezuela (utilice) la diplomacia como (...) una estrategia construida en el marco ideológico que resulta de la consolidación del ‘socialismo del siglo XXI’, apoyada en los conceptos de seguridad que exige la llamada guerra asimétrica que ‘amenaza’ al país. En esta doctrina se inspiran las nuevas políticas y alianzas que se vienen forjando, tanto en el orden interno como en el plano internacional¹¹⁴.

Dentro destas diretrizes, o país passou a agir. Novas relações com parceiros diferentes dos até então usuais passaram a ser normais. Buscando superar os efeitos da “globalização perversa”, e baseado em um discurso anti-ocidental, buscou o estreitamento das relações com Cuba, país para o qual a Venezuela passa a vender petróleo a preços preferenciais; com o Iraque – sendo Chávez o primeiro presidente democraticamente eleito a fazê-lo desde 1991; e com a Líbia, país governado pelo ditador Muammar Khadafi. Também é considerável a aproximação com a China. Estes estreitamentos seriam parte de uma “política externa para tentar formar parcerias com países de mesmos objetivos ideológicos com a premissa de contrabalançar o poder dos EUA”¹¹⁵.

A Venezuela de Chávez, demonstrando a sua política internacional extremamente ativa, passou a buscar uma visibilidade maior no cenário internacional. A sua participação no Movimento dos Não-Alinhados e a busca incessante por um mundo multipolar, que aparecem

¹¹² ROMERO, 2006, op. cit., p. 102.

¹¹³ CERVO, 2004, op. cit., p. 65.

¹¹⁴ URRUTIA, Edmundo G. Las Dos Etapas de la Política Exterior de Chávez. In: **Revista Nueva Sociedad**. Caracas: Ed. Nueva Sociedad. n. 205, p. 159-171, Sept.-Oct. 2006, p. 159-160.

¹¹⁵ VIZENTINI, 2003a, op. cit., p. 71.

principalmente através de pronunciamentos nas diversas organizações multilaterais são exemplos desta política. Além de defender o princípio da autodeterminação dos povos e do respeito à soberania, também há um forte ativismo no relacionamento com os países do Sul, com os quais busca aproximar-se e construir uma rede maior de contatos, a fim de, novamente, promover o tão desejado multilateralismo, percebido como uma chance de exercer maior influência sobre a ordem internacional, e, com isso, auferir maiores ganhos.

Com esta participação mais ativa, buscava contrapor-se ao projeto neoliberal, que já se mostrava falido, na tentativa de criar um novo pensamento, além de reforçar o poder de barganha dos países emergentes em negociações nos grandes foros internacionais, tais como ONU e OMC. Chávez passou a atuar de forma mais destacada nos foros multilaterais envolvendo países em desenvolvimento, como o Grupo do Rio, o Movimento dos países não-alinhados, o G-77 e o G-15, lançando mão de intensa diplomacia presidencial. Em 2002, atingiu a presidência do G-77, facilitando a difusão de suas idéias.

Também promoveu uma forte campanha junto à ONU com o intuito de democratizar o Conselho de Segurança, em busca de uma reforma daquela instituição retrógrada, acabando com o direito de veto e aumentando o poder da Assembléia Geral, aumentando o poder decisório dos países em desenvolvimento, posição esta muito semelhante à do Brasil. Da mesma forma, nos foros econômicos o país tem atuação relevante. No G-20 e no G-33, a Venezuela insiste nas suas principais bandeiras, a questão da segurança alimentar, a luta por salvaguardas e contra os subsídios fornecidos pelos países desenvolvidos.

Esta busca pelo multilateralismo teve como consequência a elevação do tom de confrontação com os Estados Unidos, principalmente na mídia. Esta mesma mídia é o que permite a Chávez “fortalecer um projeto de integração da América Latina, em especial da América do Sul, e criar mecanismos de proteção contra a ação da diplomacia midiática americana”.¹¹⁶ Insiste em contrapor-se aos Estados Unidos ao desejar a criação de uma Confederação de Exércitos Latino-Americanos e de uma OTAN sul-americana, a OTAS (Organización del Tratado del Atlántico Sur). O nível de tensão só aumentou com as aproximações com países com os quais os Estados Unidos não possui bom relacionamento; com a oposição ao plano Colômbia, através da não autorização para o sobrevoo de aviões estadunidenses no país sem licença prévia; e com o aumento dos preços do petróleo sob a liderança da Venezuela.

¹¹⁶ MONTEIRO, Leonardo V. A Política Externa Venezuelana no Século XXI: Novos Olhares, Antigas Amarras e a Integração Sul-Americana como a Principal Saída para o Desenvolvimento. In: CARMO, Corival A, BARROS, Pedro S, MONTEIRO, Leonardo V. **Prêmio América do Sul 2007: Venezuela: Mudanças e Perspectivas**. Brasília: FUNAG, 2007, p. 142-143.

Todo este ativismo internacional, na busca de uma política multilateral tem como principal pilar a política petrolífera, demonstrada na ativa participação na OPEP, com a promoção de constantes altas nos preços do petróleo. A produção deste serviria de contrapeso ao irrealismo da política exterior, uma vez que ele é essencial para o desenvolvimento interno do país, buscando a diversificação da produção interna. Os aumentos nos preços deste commodity desde 2003 ajudaram o presidente Chávez na manutenção de certa estabilidade monetária, cambiária e inflacionária, além de impulsionar o gasto público e o endividamento interno sustentável.¹¹⁷ A sua projeção internacional continua dependendo fortemente de uma conjuntura favorável, com os preços do petróleo elevados a auxiliar no aumento da margem de manobra do governo.

No que se refere à integração, o governo da Venezuela propõe que ela seja primeiramente política, uma vez que Chávez afirma que a política deve ocorrer antes e independentemente da integração econômica. Assim, ele procura modificar as relações tradicionais da Venezuela, tentando criar mais um agente a contribuir para a mudança no equilíbrio geopolítico regional e mundial, tentando reforçar o seu ideal de mundo multipolar. Os projetos de integração propostos por Chávez, ao apresentarem um tom primariamente político, justificam-se por motivos de poder. Dessa forma, “A integração se torna um meio de aumentar o poder dos Estados sulamericanos no sistema internacional, ou, no mínimo, de reduzir o grau de dependência”¹¹⁸. A proposta pode ser vista como uma alternativa à dominação econômica e política dos Estados Unidos, buscando uma contraposição a ela. Como afirma Valero acerca desta questão, “nuestra política multilateral está orientada a crear un poderoso bloque regional. No para la guerra, sino para la paz. No para la dominación, sino para la independencia. Se trata de insertarnos con soberania y autodeterminación en el concierto de las naciones”¹¹⁹.

Nota-se a intenção integracionista de Chávez já em 2001, em uma visita ao presidente Fernando Henrique Cardoso, quando ele assume o desejo prioritário de ingressar no Mercosul como membro associado, depois pleno. Em meados de 2006, a Venezuela resolve abandonar a Comunidade Andina de Nações, ocasionando enorme debate. Ao mesmo tempo em que toma esta atitude, tem seu papel dentro da OPEP fortalecido. A busca pela integração faz

¹¹⁷ ROMERO, 2006, op. cit., p. 89. (tradução nossa).

¹¹⁸ CARMO, Corival A. Confrontando o Subdesenvolvimento e a Dependência: a Venezuela de Hugo Chávez. In: CARMO, Corival A, BARROS, Pedro S, MONTEIRO, Leonardo V. **Prêmio América do Sul 2007: Venezuela: Mudanças e Perspectivas**. Brasília: FUNAG, 2007, p. 30.

¹¹⁹ VALERO, Jorge. La Dimensión Multilateral de la Política Exterior Venezolana. In: **Revista Política Exterior y Soberanía**. Caracas, Venezuela, año 1, n. 3. p. 69-72, Oct.-Dic. 2006.

parte da estratégia de aumento de números de pólos de poder, que seriam, conforme o presidente Chávez, a Europa, a Ásia, a África, a América do Norte e a América do Sul.

O objetivo de Chávez junto ao Brasil, seria o de auxiliá-lo na condução do processo de âmbito regional e nas suas relações entre a região e o mundo. Com Chávez, há uma mudança na forma como o país observa o mundo e como se vê neste processo de inserção. Passa a defender ferrenhamente a integração da América Latina e busca uma maior aproximação do Brasil, país cujo “papel protagônico era reconhecido”. Com a proposta da ALCA por parte dos EUA, e a oposição brasileira, iniciou-se um processo de luta pela liderança do processo de integração no hemisfério. A grande oportunidade de a Venezuela tomar sua decisão veio neste contexto: apoiar os Estados Unidos ou negociar em bloco com o Brasil, como já desejava há tempos¹²⁰. Neste âmbito, a Venezuela propôs a ALBA (Alternativa Bolivariana para as Américas), uma idéia de integração bem diferente da discutida até então. Concordando com Cerro, Monteiro expõe seu pensamento, afirmando que neste contexto de possível liderança, a “Venezuela não possui estrutura social, poder político para exercer um papel de liderança. (...) Chávez pensa em um país mais ativo no cenário internacional, com voz e maior autonomia, mas é diferente de pretensões de liderança”¹²¹.

3.3. VISÕES DO BRASIL NA VENEZUELA

3.3.1 Competidores

Com o aumento da presença brasileira nos foros internacionais e com a melhora em sua imagem internacional, devido principalmente à sua política externa mais ativa adotada a partir do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o Brasil passa a ser visto de formas diferentes no seu continente. Como se traduziria esta questão para a Venezuela?

Na verdade não existe apenas uma forma na qual o Brasil é visto pelos olhos venezuelanos. Elas variam desde a visão negativa, em que há uma confrontação política entre a Venezuela e o Brasil em busca da liderança no continente, passando pela busca de

¹²⁰ CERVO, 2004, op. cit., p. 73.

¹²¹ MONTEIRO, op. cit., p. 146.

cooperação a fim de conseguir uma “liderança compartilhada”, até o reconhecimento da liderança brasileira na região.

Na primeira visão, aquela de quem vê uma competição entre as duas nações, destacam-se os temas relacionados à política e também, mais recentemente, aqueles que tratam da questão energética.

Quanto ao tema político, pode-se afirmar que a idéia central é a de que, como a Venezuela é – ou está em vias de se tornar – uma potência na região, ela deve assumir um papel de maior proeminência na região. Esta parte do próprio presidente venezuelano, sendo repetida várias vezes em seus discursos, quando afirma que tem a necessidade de

Ratificar la firme intención — y lo vamos a lograr con el favor de Dios y el trabajo de las mayorías de nosotros — de convertir a Venezuela en una potencia latinoamericana. Potencia en todos los sentidos: potencia política, moral, democrática, económica, energética. Seguiremos profundizando el desarrollo energético del país.¹²²

Esta idéia seguidamente é repetida pelo presidente, como no seu discurso de posse, ao reiterar que

Vamos pues al futuro, vamos a convertir a Venezuela en una potencia latinoamericana, una verdadera potencia moral, una verdadera potencia popular, una verdadera potencia económica, una potencia cultural, una potencia de sabiduría colectiva, una potencia económica, una potencia para unirse a los pueblos de América Latina y el Caribe.
(...) Venezuela va a ser una pequeña potencia mundial, nosotros vamos a convertir a nuestro país en una pequeña potencia mundial. Venezuela es una potencia mundial en energía, en petróleo y en gas¹²³.

Estas “metas” propostas por Chávez, acabam influenciando a opinião pública venezuelana acerca do posicionamento que seu país deveria ocupar no sistema internacional. Também faz com que surjam críticas e elogios por parte de analistas internacionais e outros formadores de opinião pública daquele país acerca desta possível posição de liderança venezuelana. María Teresa Romero, embora reconheça que existam semelhanças entre as propostas dos dois presidentes que disputam a liderança (Chávez e Lula), tais como a visão da integração da América Latina e do papel da América do Sul no contexto internacional, afirma que são muitas as diferenças, que faz com que eles fiquem frente a frente em um embate pela liderança da região.

En el panorama latinoamericano de este fin de año pujan dos propuestas políticas. Una liderizada por Lula Da Silva; la otra por Hugo Chávez. (...) No obstante, sus diferencias son notorias hasta en el tema de la integración. En la propuesta del presidente Chávez, que se orienta a la conformación de un sistema latinoamericano

¹²² CHÁVEZ FRÍAS. Hugo Rafael. **Rodada de Imprensa com Meios de Comunicação Nacional e Internacional após sua Reeleição**. 5 dez. 2006. Disponível em: <<http://www.minci.gob.ve/alocuciones/4/>>.

¹²³ Idem. **Discurso de Juramentação do Presidente para o Período 2007-2013**. 10 jan 2007. Disponível em: <<http://www.minci.gob.ve/alocuciones/4/>>.

de carácter revolucionario, subyace una visión más defensiva que cooperativa, más radical frente a Washington y al neoliberalismo, al menos en retórica. De allí su insistencia, junto a Fidel Castro, en el ALBA como alternativa al ALCA. Mientras que el presidente Lula respalda una unión regional más moderada, de centroizquierda al estilo europeo, de concertación de políticas regionales en pro de la democracia representativa y liberal. Por ello es abanderado no sólo de la recién creada Comunidad Sudamericana, sino de un área de libre comercio que incluya a los países del G-20.

Los roces y tensiones surgidas entre los mandatarios a lo largo de su "amistad especial", y que saltaron a la vista durante las recientes cumbres del GRío y del Cusco que sentaron las bases de la Unión Sudamericana, advierten que sus divergencias también son de competencia de liderazgo. No es de extrañar. Desde que arribaron al poder ambos manifiestan afán de protagonismo internacional. Brasil, el país más grande y poderoso de la región, comenzó a desempeñar el rol de líder continental al menos desde el gobierno de Fernando H. Cardoso. Venezuela, con menos poderío pero con más influencia petrolera, emprendió su liderazgo latinoamericano y tercermundista desde el primer gobierno de Carlos Andrés Pérez¹²⁴.

Ainda tratando das diferenças de visão acerca dos processos de integração, no caso da Comunidade Sul-americana de Nações, visando uma possível liderança, ela afirma que o presidente Chávez, dentro destas organizações “sólo quiere el afianzamiento de su proyecto de la Alternativa Bolivariana para la América (ALBA). Esto entonces va a traer conflictos si Chávez continúa tratando de imponer su criterio revolucionario y su liderazgo en una futura comunidad regional”¹²⁵.

Já Fernando Gerbase, diplomata venezuelano afirma que há um enfrentamento entre os dois países em busca da liderança regional, que historicamente tem estado nas mãos do governo brasileiro. Este enfrentamento pode ser visto através de alguns atos de política externa de Chávez, tentando fazer com que haja uma diminuição da influência brasileira na região, através de alianças regionais. Com esse fim,

en algunos casos la política exterior de Chávez a sido exitosa sobre todo en países de América Latina, bien se porque algunas naciones se han alineado directamente a él, como es el caso de Bolivia, Nicaragua y Ecuador. Y otras lo apoyan indirectamente, con su silencio, como Uruguay, Paraguay y Argentina¹²⁶.

Importante é destacar a importância dada na Venezuela aos outros países da região nesta disputa entre os dois países. Chávez, para se contrapor ao poderio brasileiro estaria buscando o apoio de outros países. Esta opinião aparece em vários autores, que apontam as aproximações com a Bolívia e com o Equador como parte integrante desta estratégia, além da aliança estratégica com a Argentina. Estes países apoiariam a Venezuela por motivos diversos, dentre eles o “medo” da possível liderança brasileira.

En ese afán, también como es sabido, Brasil cuenta con el respaldo de los EEUU, pero no pasa lo mismo con las mayoría de los países latinoamericanos.

¹²⁴ ROMERO, María Teresa. Entre Lula y Chávez. **El Universal**, Caracas, 29 dez. 2004.

¹²⁵ Idem. Chávez se Projectó como Líder Mundial de la Izquierda. **El Universal**. 25 dez. 2006.

¹²⁶ GERBASI, Fernando. **Entrevista**. 9 jun. 2007.

Al estar debilitada Argentina, parte de la vigencia de un Chávez, se debe, increíblemente, a ese rechazo y temor a una supremacía de Brasil en el continente. Para muchos países como Paraguay, Bolivia, Ecuador y hasta la misma Argentina de los Kirchner, su alineamiento “bolivariano” no es ideológico, y más que al tema “negocios” y financiamiento electoral, que importa, se debe a una forma de contención de las aspiraciones de Lula y su mandantes¹²⁷.

A união com a Argentina é vista por muitos como tendo principalmente uma conotação política, com o intuito de trazer aquele país para o lado venezuelano, fazendo com que a balança de poder regional acabe se deslocando para este lado. Grande importância é dada pelo presidente Chávez a estas relações, como quando afirma que “sumadas las dos potencias vamos apuntalando y construyendo la potencia suramericana” ou também quando coloca que “Argentina y Venezuela están sentando las bases de una nueva América Latina”¹²⁸. Esta argumentação está, muitas vezes baseada no fato da Venezuela despende grandes somas dos recursos oriundos do petróleo para ajudar a Argentina, seja fazendo investimentos, seja comprando títulos da dívida. Esta forma de oposição é levada ao extremo por alguns autores, tais com Arbilla, que recorrentemente em suas críticas jornalísticas cita esta “conspiração” contra Lula e sua possível liderança regional.

Se equivocan los que creen que la visita del presidente argentino a Venezuela es parte de su enfrentamiento con EEUU, el ALCA y el FMI. Le erran los que piensan que es una nueva jugada de Néstor Kirchner contra Vicente Fox.

El objetivo de los verborágicos e impulsivos mandatarios que se reunieron en Puerto Ordaz, se llama Brasil o, más al detalle, Luiz Inácio Lula da Silva. (...) Para el comandante venezolano, que aspira a suceder a Fidel, Lula le significa un escollo: al brasileño internacionalmente lo toman en serio, y lo sitúan, en cuanto a sus real o potencial liderazgo continental, muy por encima suyo. Lula es su problema¹²⁹.

Esta união, em conjunto com as aspirações venezuelanas de incorporar-se ao Mercosul, trazendo sua visão mais política ao bloco – ao contrário do viés econômico e comercial proposto até então – seriam mais uma forma de “combater” a liderança brasileira na região, com a idéia de que “también el Mercosur es campo de batalla (...) de la guerra por el liderazgo sudamericano entre Brasil y Venezuela. Es más, fue el propio Kirchner quien ambientó e impulsó el ingreso venezolano con el propósito de mellar el poder e influencia de los brasileños”. Esta idéia é compartilhada pelo ex-chanceler brasileiro, Celso Lafer, tecendo comentários sobre o Mercosul, ao afirmar que para Chávez, o que interessa é uma América do Sul conflitiva na qual ele possa aumentar sua influência e isolar o Brasil¹³⁰.

¹²⁷ ARBILLA, Danilo. Paisitos. **Globovisión**. 4 set. 2009.

¹²⁸ CHAVEZ FRIAS, Hugo Rafael. **Discurso na Assinatura de Acordos com a Argentina**. 21 fev. 2007. Disponível em: <<http://www.minci.gob.ve/alocuciones/4/>>.

¹²⁹ ARBILLA, Danilo. Con Brasil en la Mira. **El Universal**. 1 dez. 2005.

¹³⁰ ARBILLO. Danilo. La Guerra del Mercosur. **El Universal**. 7 fev. 2007.

O segundo fator tratado como importante causador de competição entre os dois países é o energético. Inicialmente, ocorriam alguns atritos graças à disputa entre o etanol brasileiro e o petróleo venezuelano, com ambos os países tentando exportar seus produtos. Mais recentemente, com as descobertas de novas jazidas de petróleo em território brasileiro, na região do pré-sal, começam a surgir preocupações dentro da Venezuela com o possível grande volume de petróleo a ser produzido pelo Brasil e suas consequências sobre a economia Venezuelana, caso o país resolva exportá-lo.

Esta competição pela fonte energética a ser difundida começou a ganhar mais destaque na mídia a partir de 2007, quando os representantes dos países viajavam por todo o continente em busca de mercados, além de fazer alianças com alguns países para introduzir seus produtos.

Uno con el etanol y otro con el petróleo, los presidentes de Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, y Venezuela, Hugo Chávez, libran en estos días una "pelea sorda" por el liderazgo en América Latina.

(...) Chávez "impone presencia y liderazgo con el dinero del petróleo y tiene un área de influencia en Bolivia, Ecuador y también en Argentina, por el compromiso del presidente (Néstor) Kirchner", creado por las fuertes adquisiciones de deuda argentina hechas por Venezuela.

En Centroamérica, que recibe una fuerte ayuda petrolera de Chávez y busca abrirse camino en los biocombustibles con apoyo de Lula, la opinión general es que las estrategias de uno y otro forman parte de un mismo proyecto latinoamericano, aunque con matices¹³¹.

O presidente brasileiro estaria se aproximando dos Estados Unidos com a intenção de promover o etanol, tendo como objetivo final a exportação para aquele país, que tem um enorme potencial de importação. Esta ligação teria como desfecho a maior proximidade energética entre os dois países, o que poderia fazer com que diminuísse a compra de petróleo venezuelano por parte dos Estados Unidos, principal importador daquele país, além de reafirmar o papel de liderança brasileira na região perante a grande potência do Norte.

Después de la OPEP del gas con países productores como Rusia, Irán, Qatar y Venezuela, seguramente aparecerá la OPEP del etanol en América con dos polos fundamentales, Estados Unidos y Brasil; los cuales producen el 70% de este biocombustibles en el mundo.

Es un golpe a la petropolítica del petro-Estado de la región que dirige el presidente Chávez, porque frente a su estratégica alianza petrolera ha nacido una nueva unidad energética global. El acuerdo entre el presidente Bush y el presidente Lula con el etanol reafirma el papel del liderazgo regional del Brasil, más allá del campo energético, por su demografía, geografía e historia y su fuerte economía y su sólida democracia¹³².

Um outro fator que, de certa forma, “preocupa” alguns venezuelanos quando se trata da questão energética é a grande capacidade tecnológica brasileira. O país está muito a frente

¹³¹ ETANOL y Petróleo, las Armas de Lula y Chávez en una Disputa de Liderazgos. **Infolatam**. 7 jul. 2007.

¹³² PINEDA, Julio César. La Diplomacia entre el Petróleo y el Etanol. **El Universal**. 19 abr. 2007.

da Venezuela no que tange à tecnologia para a exploração e promoção de formas de energia, o que possibilita a produção energética e disputa por mercados em duas frentes, a petrolífera, com as recentes descobertas no pré-sal e a dos biocombustíveis.

Si bien Venezuela es primera potencia regional en petróleo y gas, su desarrollo en el campo energético parece circunscrito a esos recursos y a la tecnología que pueda girar en torno a los mismos. Aunque es obvio que a nivel geopolítico está por demás señalar la importancia que tiene la República Bolivariana.

En cambio, Brasil ha ante puesto el desarrollo tecnológico ya que son recientes los descubrimientos de enormes yacimientos de crudo que transformarán a la 'Gigante Sudamericano' en un posible exportador de hidrocarburos. O sea, es nuevo en esto. En el caso de Brasil la carrera por el desarrollo energético trasciende ampliamente a lo que respecta al 'oro negro'. Cabe recordar que el vecino país ya lleva más de 30 años en el desarrollo y explotación de biocombustibles, el etanol a base de caña de azúcar¹³³.

Um bom resumo dos principais fatores que estão envolvidos com toda a questão energética, que faz com que aumentem as disputas pela hegemonia regional foi feito recentemente, em um artigo de Raul Crespo, que colocou os elementos causadores da disputa entre os dois países como sendo

Los convenios que tiene Brasil con China y los EEUU, más su capacidad petrolera descubierta en el 2007 en Presal, la adelantada tecnología Flex, para la utilización de combustibles con etanol o biodiesel en los vehículos, hace que Lula realizara la gira por México, Honduras, Nicaragua, Panamá, Jamaica, para promocionar los biocombustibles, mientras Chávez hacia lo propio por Argentina, Uruguay, Bolivia y Ecuador, en el 2007, año en el que se desata la fiebre del etanol y la primera disputa silenciosa entre Chávez y Lula. Esa disputa que empezó hace dos años, es hoy, a pesar de las reuniones trimestrales entre Chávez y Lula para acallar estos malentendidos, una carrera sostenida por Brasil para ser la potencia hegemónica en Latinoamérica¹³⁴.

Já o presidente Hugo Chávez, questionado sobre a possível disputa acerca dos combustíveis, prefere adotar um tom mais suave, dando destaque também a sua produção petrolífera e trazendo a idéia da região se tornar uma potência, porém não citando qual país poderia exercer a liderança na região, mas não esquecendo de expor novamente a idéia de “Venezuela potência”.

Estos próximos 10 años seguiremos avanzando en la construcción de la Venezuela potencia. Vamos a convertir a Venezuela en una potencia internacional, en una potencia.

(...) Nosotros estamos muy felices, en Venezuela, de que Brasil haya conseguido petróleo. “Lula si ustedes no consiguieran más petróleo, nosotros tenemos estas reservas que queremos compartirlas con América Latina”, esas reservas son latinoamericanas, no sólo de Brasil y de Venezuela, eso nos da más fuerza para ser lo que vamos a ser: una potencia mundial, la América Latina unida, Brasil y Venezuela unidos, ¡una potencia mundial!¹³⁵

¹³³ BRASIL Brasil Ve más Allá de sus Enormes Reservas Petrolíferas y Va por la "Integración Eléctrica". **Urgente 24**. 24 set. 2009.

¹³⁴ CRESPO, Raul. Lula y Chávez Compiten. **Aporrea.org**. 10 set. 2009.

¹³⁵ CHAVEZ FRIAS, Hugo Rafael. **Declarações no Fim da III Cúpula da OPEP**. 18 nov. 2007.

3.3.2 Parceiros

A segunda visão acerca da liderança regional brasileira é a de que o Brasil é um país de suma importância no âmbito regional, sem o qual o processo de integração ficará comprometido, devido a sua centralidade no processo de negociações comerciais perante o resto do mundo. Esta integração seria um fator determinante para a criação de uma liderança, seja ela de apenas um país ou do subcontinente como um todo, algo no sentido de uma “liderança compartilhada”.

O presidente Chávez constantemente prega a união sulamericana, uma vez que este é um dos objetivos de sua política externa. Porém, esta união pode trazer diferentes resultados para o seu país. Por vezes ele busca a integração com o intuito de construir uma nação Sul-americana, que venha a tomar as rédeas regionais, que possa se tornar um novo pólo de poder no sistema internacional, sendo liderado por vários países. Outras vezes, ele admite ser o Brasil o maior beneficiado com a integração, uma vez que o país irá, inevitavelmente exercer a função de líder dentro do bloco.

O presidente Chávez vem de longa data defendendo a centralidade da união Sul-americana, como por exemplo quando afirma que “Nosotros tenemos en Suramérica como hacer una gran potencia peor, no para dominar a nadie sino para ayudar a libertar a los demás pueblos del mundo de la hegemonía imperialista”¹³⁶. Esta integração teria por principal objetivo realizar o sonho bolivariano de fazer com que “Suramérica (sea) una gran potencia mundial. Nos convertiremos en una gran potencia”¹³⁷. A maneira com que a tão preconizada integração seria atingida parte do que o presidente Chávez denominou de “eixo central da América do Sul”, qual seja, Caracas, Brasília e Buenos Aires. Por vezes ele acaba incluindo Montevideú neste eixo.

Hemos llegado a tiempo (para) una reunión trilateral muy importante. Hemos retomado el proceso de conformación de una alianza de tres o la conformación de lo que nosotros desde hace varios años llamamos el eje central de Sudamérica: Caracas-Brasilia-Buenos Aires". (Los tres países se complementan) de manera maravillosa para enfrentar el desafío del futuro en lo alimentario, en lo energético, lo industrial, lo científico, lo tecnológico¹³⁸.

¹³⁶ PRESIDENTE Chávez Ratificó Necesidad de la Unidad Latinoamericana. **Agencia Bolivariana de Noticias**. 27 ago. 2007.

¹³⁷ CHÁVEZ: Suramérica "Será una Gran Potencia Mundial". **TeleSur**. 26 maio 2009.

¹³⁸ FERNANDEZ y Chávez se Preparan para Reunión con Evo Morales. **El Nacional**. 4 ago. 2008.

Em torno deste eixo é que irá se desenvolver a integração sulamericana, que seria a principal realização do continente no século XXI, ao tornar a região mais um pólo de poder num mundo “pluripolar”, como o definiria Chávez. Ao mesmo tempo em que afirma que não busca nenhum tipo de liderança pessoal na região, o presidente venezuelano traz novamente a idéia do eixo como sendo determinante para a integração.

Yo, por ejemplo, insisto mucho en el eje Caracas-Brasilia-Montevideo-Buenos Aires, para mí en este momento es un eje que tiene un peso y un potencial determinante en la dinámica de integración de Suramérica. Hablemos de Suramérica que es el espacio más grande de la América Latina. Integrado es un continente prácticamente; es un continente la América del Sur¹³⁹.

Há, ademais, a percepção, defendida em algumas oportunidades pelo presidente Chávez, de que a união dos países Sul-americanos gerariam uma potência mundial, sendo, porém, dirigida por uma espécie de “liderança compartilhada”, composta não por um único país da região, mas sim por um conjunto deles. Isto seria possível pois “estamos al frente un conjunto de líderes que creo que vamos conformando un espacio cada día más sólido: Lula, Kirchner, Correa, Evo Morales, Michelle Bachelet, Daniel Ortega, Tabaré Vázquez”¹⁴⁰. Assim, seria facilitado o objetivo de América do Sul unida, em um mundo pluripolar.

Embora reconheça uma preeminência na liderança brasileira, Chávez afirma haverem vários líderes na região, sendo que a condução do processo integracionista e da região não deve ficar nas mãos de apenas um país.

Sin duda Brasil ejerce un liderazgo importante. Pero no se trata de que haya un líder en la región. Se trata de un conjunto de liderazgos. (...) Lula decía que muchas cosas han cambiado en diez años y señalaba con mucha precisión la importancia de los nuevos liderazgos: Bolivia ejerce liderazgo, Ecuador, Paraguay, Chile, Cuba, (...) todos. (...) Lo mejor para América Latina es que, en lugar de un liderazgo, podamos tener un conjunto de liderazgos: de países líderes, de hombres líderes, de mujeres líderes, de pueblos líderes¹⁴¹

Apesar de fazer estas afirmações de que não deve haver um líder na região, a Venezuela age de forma diferente do que prega, uma vez que tem como ponto de partida para a união sulamericana a ALBA, cujos países evidentemente estão subordinados à liderança venezuelana. Esta seria, portanto, a melhor forma de contrapor a influência brasileira na região, conseguindo, ao mesmo tempo, adesões para os seus projetos de liderança.

¹³⁹ CHÁVEZ FRIAS, Hugo Rafael. **Conferência de Imprensa**. 5 nov. 2005.

¹⁴⁰ Idem. **Conferência de Imprensa**. 30 nov. 2006.

¹⁴¹ PRESIDENTE Chávez: “el Liderazgo de Brasil es Importante, pero no el Único”. **Aporrea.org**. 17 dez. 2008.

3.3.3 Brasil Líder

A terceira e última visão do Brasil na Venezuela é aquela que reconhece o tamanho e a consequente liderança deste país, não só no contexto regional, mas também em alguns casos, num contexto mais amplo, em busca por uma projeção mundial. Este maior destaque a nível internacional proporcionaria ao Brasil auxiliar os países da América do Sul a atingirem suas pretensões no cenário internacional.

O Reconhecimento da qualidade e do profissionalismo da diplomacia brasileira ajuda a enfatizar a liderança do país na região, fazendo com que ele possua um papel de representante continental em negociações perante outros países. Pode-se perceber esta situação de negociador na oportunidade das negociações com o mundo árabe, na busca de maior visibilidade internacional.

Se trata pues de la posibilidad de Brasil de ampliar su espacio de cooperación y liderazgo ya que se convierte en el líder del Mercosur, fundamentalmente, pero también de América Latina ante una región como el mundo árabe, en una línea de acción por un mundo multipolar, en el que la cultura árabe y la latinoamericana tengan la fuerza y la representatividad que se merecen. Así Brasil reafirma su aspiración por ingresar como miembro permanente del Consejo de Seguridad.¹⁴²

Ainda contribui com a noção de potência sulamericana o novo papel adotado pela política externa brasileira durante o governo Lula, adotando o paradigma de Estado Logístico, como conceituado por Cervo¹⁴³, possibilitando às empresas nacionais expandirem-se nos países vizinhos. Demonstração desta política são as negociações para liberação de ajuda financeira aos vizinhos, nas quais o governo brasileiro obriga os beneficiários a contratar, em contrapartida, empresas brasileiras e a comprar a maquinaria de fornecedores também brasileiros. Maria Teresa Romero põe a questão da seguinte forma

La nación más poderosa de Suramérica que, a comienzos del siglo XXI, va camino de realizar su sueño geoestratégico de "llegar hegemónicamente al Pacífico", según la sentencia del barón de Rio Branco, el canciller que diseñó la política exterior brasileña para el siglo XX; y no precisamente a través de la conquista militar sino mediante grandes obras de integración regional y la expansión de sus principales empresas.¹⁴⁴

Muitos são os motivos citados por venezuelanos como causadores do papel de maior destaque regional ao Brasil. Este, consequentemente, levará a um papel mais relevante dentro do cenário político mundial.

¹⁴² PINEDA, Julio Cesar. Brasil Apuesta por el Mundo Árabe. **El Universal**. 11 maio 2005.

¹⁴³ Para a conceituação dos paradigmas, ver CERVO e BUENO, 2002, p. 457.

¹⁴⁴ ROMERO, Maria Teresa. El Gigante se Despierta. **El Universal**. 17 maio 2006.

Brasil tiene un espacio de influencia indiscutible en la región y ello por varias razones, entre las cuales, es un país poderoso industrial y económicamente, con una gran estabilidad política, con un sistema democrático sólido, respetuoso de los derechos humanos y de las libertades en general.(...)

El gobierno de Lula se presenta a veces disperso en sus posiciones en relación con Chávez y su revolución, pero es el juego de un país organizado que busca afianzar su fuerza e influencia en la región sin mayores escándalos. (Brasil) busca estabilidad adentro, influencia afuera y mantener sobre esa base, el liderazgo que siempre ha tenido en la región.

Brasil pretende un puesto permanente en el Consejo de Seguridad y sólo lo podrá tener si se le respeta como líder regional.¹⁴⁵

Um bom resumo da visão acerca da posição brasileira na região durante a história recente do país é feito por Boersner, que, após afirmar que a América Latina nunca esteve tão dividida, destaca a evolução da diplomacia brasileira e o bom relacionamento com os Estados Unidos. Este seria o fator que permitiria ao Brasil tornar-se uma potência que pode se pronunciar em nome da região.

ese gran país – imponente por su dimensión territorial y demográfica, por su dinamismo creador y por su egoísmo nacional francamente hegemónico - ha venido manteniendo una línea constante (salvo algunas tensiones en los años treinta y en el breve período de Joao Goulart) de convivencia y entendimientos con el polo fundamental del poder hemisférico; es decir, con los Estados Unidos. Desde Río Branco hasta Amorim, todos los conductores de la diplomacia brasileña han entendido que la mejor manera de ganar predominio sobre el subcontinente sureño (venciendo a aspirantes rivales, como lo era en tiempos mejores la hoy maltrecha Argentina) consistía en obtener el beneplácito de Washington. A lo largo del siglo XX y hasta hoy, los fríos y sagaces negociadores del Itamaraty han sabido convencer a los mandatarios del Norte de que “a dónde va Brasil, va la América Latina” (frase de Richard Nixon). El poder hegemónico número uno (EE.UU.) acepta ceder un espacio subimperial a esa impresionante potencia sureña que, de paso, sirve de vocera eficaz de reivindicaciones nacionales y regionales latinas, al traducir en términos moderados y aceptables lo que antes era vocinglería extremista.¹⁴⁶

Boersner ainda aponta que, com a recessão mundial, o papel de voz dos países da região fora reforçado, ampliando seu escopo da América do Sul para a América Latina e o Caribe como um todo. Com isto, o país teria a “posibilidad real de afirmar con creciente vigor su anhelo y derecho de constituir un actor autónomo y soberano en el escenario internacional”¹⁴⁷.

Com a confirmação deste “anseio” citado por Boersner, o Brasil poderia até mesmo rivalizar com os Estados Unidos na liderança do continente, apoiado principalmente pela atuação mais incisiva no cenário internacional.

La propuesta brasileña de crear un Consejo de Defensa Sudamericano, la reciente convocatoria de una Cumbre de América Latina y el Caribe, y su papel cada vez más protagónico en la arena internacional tanto desde el punto de vista político como económico se enmarcan en la idea de ejercer un liderazgo continental frente a

¹⁴⁵ BORJAS, Robert Carmona. Pretensiones Indebidas. **El Universal**. 25 jul. 2007.

¹⁴⁶ BOERSNER, Demétrio. El Vice-Império. **Analítica.com**. 29 mar. 2008.

¹⁴⁷ Idem. El Líder no Será Chávez. **Analítica.com**. 20 dez. 2008.

Estados Unidos. El tamaño de su economía, su población y extensión territorial potencian esa posibilidad.¹⁴⁸

Além das linhas de crédito aos vizinhos e do crescente protagonismo em temas difíceis, tais como a presença militar no Haiti e os esforços para a reinserção de Cuba nos foros políticos regionais, há a discordância respeitosa com relação aos Estados Unidos – ao contrário do que propõe o presidente Chávez – e as árduas negociações com a União Européia no que tange aos temas comerciais, fatores que permitiriam ao Brasil ganhar um papel de maior autonomia e visibilidade no cenário internacional. Não se deve esquecer ainda das outras negociações políticas e comerciais e também do contexto militar, que auxiliam na percepção de crescente influência brasileira no mundo.

El mismo liderazgo se observa en la conducción brasileña de todas las negociaciones geopolíticas (conformación de un bloque Sur-Sur, alianzas con India, China y Sudáfrica) y comerciales (“Grupo de 20” en la OMC). (...) El correlato de este protagonismo es la presencia militar creciente del país (construcción de submarinos, reactivación del plan nuclear, acuerdos militares con Francia, comando de las tropas latinoamericanas en Haití) y su pretensión diplomática de ocupar un lugar en Consejo de Seguridad de la ONU.¹⁴⁹

Confirmando esta idéia de que o Brasil é o líder regional e representante dos países da América do Sul perante outros países em foros internacionais, o presidente Chávez, ao fazer a defesa do desenvolvimento do Brasil como potência mundial, de modo que possa fortalecer a unidade latino-americana, afirmou em um encontro com o líder brasileiro

Hoy Brasil camina, hoy Brasil con el pecho erguido se levanta como una potencia mundial y eso nos hace falta a nosotros, que Brasil sea cada día más poderoso, una verdadera potencia mundial integradora de la América del Sur, liberadora de nuestro pueblo. (...) Cuando tú vas a esas reuniones Lula (Da Silva) nosotros nos sentimos representados por ti, porque sabemos que nos representas con dignidad, tú hablas por todos nosotros ante las potencias del mundo.¹⁵⁰

Além destes fatores, ainda poderia ter se levado em consideração a questão militar, uma vez que após o recente anúncio de que o Brasil vai comprar novos armamentos para suas forças armadas, começaram a aumentar as críticas com relação à busca pela hegemonia regional por parte do governo brasileiro. Há uma visão do aumento do papel regional e internacional do país após estas aquisições. Entretanto, como esta questão é muito recente, não será abordada no presente trabalho.

Desta forma, pode-se perceber que coexistem três visões sobre a possível liderança regional brasileira na Venezuela. A primeira é aquela que vê a Venezuela como um país que

¹⁴⁸ GELFENSTEIN, Sergio R. La Política Exterior de Barack Obama para América Latina y el Caribe. **Aporrea.org**. 17 fev. 2009.

¹⁴⁹ GUERRERO, Modesto E. La Frontera Argentina de Chávez. **Página 12**. 3 ago. 2008.

¹⁵⁰ INOJOSA, Jesús. Presidente Chávez Aboga por un Brasil Convertido en Potencia Mundial. **Agencia Bolivariana de Noticias (ABN)**. 18 jul. 2008.

possui força no contexto internacional e, devido a isso, defende que há uma disputa política entre seu país e o Brasil em busca da liderança regional. Outra visão, intermediária, vê o Brasil como um país essencial no âmbito regional e aposta na integração do continente em torno deste país, mas com o exercício de uma “liderança compartilhada” entre alguns países do subcontinente – sempre incluindo o Brasil e a Venezuela nesta tarefa. Uma última forma de perceber esta possível liderança do Brasil na região é a admissão de que este país é sim o líder regional, graças a seus atributos, e que o vê como representante da região perante o resto do mundo, em qualquer foro de debate que reúna potências de fora da América do Sul.

Assim, Chávez demonstra que molda seu discurso conforme o âmbito em que está atuando. Ao sentir-se capaz, surge a retórica de Venezuela potência; em determinados foros, onde se vê com poderes limitados, apóia uma aliança com o Brasil, onde ambos seriam líderes; já em discussões internacionais, onde o país possui menor relevância, o presidente Chávez prefere reconhecer o tamanho do Brasil e admitir ser representado por este país.

4. CONCLUSÃO

A Argentina, por muito tempo, manteve um conflito aberto com o Brasil pela disputa da liderança na América do Sul. Esta disputa mais ostensiva, com uma visão geopolítica do conflito, vendo o vizinho sempre como um adversário estendeu-se, grosso modo, até o início da década de 80 do século passado, quando houve um importante ponto de inflexão, por oportunidade do advento da Guerra das Malvinas.

A partir deste momento iniciou-se uma maior aproximação, que teve seu ponto alto durante os governos de Alfonsín na Argentina e Sarney no Brasil, que iria culminar com a criação do Mercosul. Com o momento de crise pelo qual passavam os países da América do Sul, possuindo enormes dívidas externas e as mudanças no sistema internacional causados pelo fim da guerra fria, surgiu o receituário do Consenso de Washington, que propunha práticas neoliberais para resolver os problemas do continente. Este foi adotado e foi uma das bases da adoção do que Cervo iria denominar de “Estado normal”.

O governo de Carlos Menem foi um dos que empregaram este ideário com força máxima na região. Ele propôs uma completa reestruturação na política externa de seu país, baseada em um revisionismo histórico que viria a criticar e culpar os governos anteriores pela queda da importância do país no contexto internacional.

Estas práticas deixaram o país completamente debilitado, tanto no contexto internacional quanto no âmbito interno e acabaram culminando em uma profunda crise econômica, política e social no ano de 2001, que levou o país ao ponto mais baixo de sua história. Vieram então os governos de Eduardo Duhalde (interino) e de Néstor Kirchner, que se preocuparam muito mais em reconstruir o país internamente do que em manter uma política externa com um perfil mais alto.

A Venezuela, por sua vez, teve iniciado um novo período democrático, denominado de quarta república, com a derrubada de Pérez Giménez e a firma do Pacto de Punto Fijo, em 1958, que iniciou um período com uma espécie de bipartidarismo no país. Durante um longo período foram mantidas determinadas atitudes de política externa por parte dos diversos governos Venezuelanos, que acabariam até mesmo se vendo isolados na região devido à defesa de seus ideais. Várias políticas nacionalistas foram tomadas durante o período que perdurou até o início dos anos 90, sendo a economia baseada quase que exclusivamente na exportação de petróleo. Com isso, quando o valor desta commodity se elevava, o país

procurava buscar um papel de maior relevância na região, como ocorreu na oportunidade das duas crises do petróleo, que beneficiaram amplamente o país.

Com a crise que se abatera por todo o continente nos anos 80, a década perdida, algo deveria ser modificado no país. Neste contexto, foi eleito Carlos Andrés Pérez que logo iniciou a implementação dos pontos da cartilha do Consenso de Washington e tentou uma reinserção do país no cenário internacional, através de processos integracionistas e negociações em organismos multilaterais. Em um contexto de incidentes internos e descontentamento da população ocorreu o impeachment deste presidente, que deu lugar a Rafael Caldera que, mesmo resistindo no início de seu governo às reformas neoliberais, acabou cedendo por passar por um momento de recessão.

Este presidente foi, então, sucedido por Hugo Chávez, um militar, um *outsider* político. Logo que ele assumiu já proclamou que teria início a Quinta República, demonstrando interesse em acabar com qualquer resquício dos governos corruptos da história recente do país. Ele convocou uma Assembléia Nacional Constituinte e criou uma nova constituição, baseada em princípios “bolivarianos”.

Chávez promoveu uma profunda reestruturação, tanto no cenário interno do país, propondo novas políticas, quanto da política externa de seu país. Buscou neste cenário, principalmente apoiado pela alta cotação do petróleo, que ele ajudou a impulsionar ao propor práticas de aumento de preços na OPEP, uma revalorização de seu país. Resolveu atuar de forma mais incisiva nos organismos internacionais e voltar-se mais para a região, buscando uma posição de maior destaque regional, angariando apoio de países vizinhos e sempre criticando duramente os Estados Unidos e suas políticas “imperialistas”.

A questão que foi colocada pelo presente trabalho foi a de analisar como os governos de Néstor Kirchner na Argentina – após passar o país por um período de profunda crise – e de Hugo Chávez na Venezuela veriam a possibilidade do Brasil assumir a liderança regional, já que, com a ascensão de Lula ao poder, o país adotou uma política externa mais assertiva para a região, declarando abertamente, já no início de seu mandato, que buscava desempenhar este papel de liderança da região; também se procurou encontrar uma relação entre esta visão que os dois países possuem e a representatividade da região perante os outros países do planeta.

As visões por parte da Argentina com relação à possível liderança regional do Brasil são, portanto, muito variadas. Houve quem, principalmente no início do governo Kirchner, visse como melhor opção para a Argentina uma liderança dividida com o Brasil na região, baseando-se principalmente no Mercosul, expandindo, posteriormente, esta liderança para todo o continente sulamericano. Mas há também quem fique consternado com a possível

liderança brasileira pelo fato de reconhecer a situação na qual se encontra o país, que saiu faz pouco tempo da pior crise de sua história e ainda está juntando os cacos, na tentativa de se recuperar. Devido à rivalidade histórica existente entre os dois países pela disputa da liderança na região, há sempre muitas críticas com relação à maior inserção brasileira no cenário internacional e à busca pela liderança na região, parecendo-lhes inadmissível que isto ocorra. Quem vê o relacionamento entre ambos os países desta forma, rechaça e critica prontamente qualquer tentativa de liderança. Outra corrente existente na Argentina é aquela que, sabedora da situação em que se encontra o país e reconhecendo sua fragilidade, resolve apoiar a terceiros países na tentativa de fazer uma contraposição à possível liderança brasileira, se incluindo aqui, num primeiro momento o México e depois a Venezuela.

Assim, alguns grupos na Argentina, em grande parte pelo fato de encontrar-se em uma situação difícil, tendem a ver o Brasil como um país sem competidores pela liderança. Porém, isto não impede que o país tente forjar alianças ou formar terceiros interessados nesta disputa pela liderança. Após um processo de histórica competição entre ambos os países, não deve ser nada fácil ter de reconhecer que seu país perdeu poder e que o principal “rival” pode obter a hegemonia na região. Uma visão profundamente arraigada na cultura da sociedade, utilizada por um longo período de tempo, não é algo que se possa modificar em alguns poucos anos. Por este fato inúmeras são as críticas com relação a qualquer gesto que possa demonstrar uma ânsia de liderar a região por parte do Brasil.

O governo Argentino, por sua vez, no início buscou uma maior interação com o governo Brasileiro, apostando em uma espécie de parceria estratégica com o vizinho, principalmente no âmbito do Mercosul, partindo do bloco para uma posterior liderança regional conjunta. Esta ocorreu em parte devido situação em que se encontrava o país, saindo de uma crise, o que fazia o governo reconhecer o Brasil como sendo o sócio maior do Mercosul e, portanto, sendo o país ao qual se aliar aspirando a um papel de destaque na região. Mas várias críticas por parte do governo foram feitas a qualquer possível investida brasileira em busca de liderança regional, uma vez que admitir a supremacia brasileira não era uma atitude passível a ser adotada pelo governo argentino. Não obstante estas críticas, o integracionismo – principalmente com o Brasil – é visto hoje pelo governo Argentino como o “destino” da Argentina, que busca este processo como forma de melhorar sua posição internacional e auferir maiores ganhos para si.

Pode-se perceber que dentro da Venezuela coexistem três diferentes visões acerca da possível liderança regional brasileira. A primeira é aquela que vê na Venezuela um país com potencial no cenário internacional, o que lhe permitiria promover uma disputa política entre

seu país e o Brasil em busca da liderança regional. Deve-se levar em conta que esta visão é mantida basicamente pela parte da imprensa que faz oposição ao presidente Chávez. Uma segunda visão apresenta o Brasil como um país essencial no âmbito regional e busca uma integração regional baseada neste país, a fim de que possam exercer uma “liderança compartilhada” entre alguns países do subcontinente – sempre incluindo o Brasil e a Venezuela nesta tarefa. A terceira e última forma de perceber o Brasil na região é a admissão de que este país é realmente o líder regional, principalmente por seus atributos e sua destacada diplomacia, e que o vê como representante da região perante o resto do mundo, em qualquer foro de debate que reúna potências de fora da América do Sul. É importante destacar, ademais, a existência de grupos favoráveis aos Estados Unidos na Venezuela, que desempenham um papel contrário à liderança regional brasileira, com o intuito de criar focos de tensões na região.

Conclui-se também que o discurso da Venezuela varia de acordo com o assunto e com o foro no qual se está debatendo. O presidente Chávez conhece suas limitações no âmbito internacional, mas está sempre disposto a fazer um discurso de “Venezuela potência”, que só é proferido em alguns ambientes onde se sente mais seguro a fazê-lo. Este discurso, na verdade apenas faria parte de sua retórica voltada para o âmbito interno do país.

Em outros ambientes, onde sabe que possui uma margem de barganha limitada, prefere expor a idéia de “liderança compartilhada” com o Brasil na região. Naqueles foros e assuntos que não são de sua alçada, onde sabe possuir pouco poder de influência, acaba reconhecendo o Brasil como sendo o principal país e líder na região.

Hugo Chávez, mesmo sendo consciente de suas limitações, deseja mais poder e uma liderança na região, que até pode-se dizer que é parcialmente satisfeita com a influência em alguns países da região – embora todos sejam de menor porte, uma vez que aí não se incluem nem a Argentina, nem o Chile –, mas acaba admitindo o maior poder brasileiro para resolver quaisquer questões e aceitaria ser representado por este país.

A Venezuela coloca, pelo menos no discurso, a Argentina como um parceiro estratégico para si, um país essencial na dinâmica continental. A Argentina, por sua vez, prefere manter certa distância da Venezuela, e não envolver-se de forma mais explícita com Hugo Chávez, optando por ficar ao lado do Brasil.

Os governos dos países pesquisados criticam o Brasil, portanto, mais por questões internas do que propriamente por uma oposição à sua liderança. Estas críticas teriam como uma de suas motivações tentar modificar a política externa brasileira a fim de obter maiores ganhos, conseguindo, porém, apenas mudanças superficiais.

Estas várias visões acerca do Brasil dividem os dois países pesquisados. O Brasil, por sua vez, acaba sendo prejudicado pelas visões contrárias à sua liderança. Como o presidente Lula já se pronunciara em sua posse, afirmando o desejo de dar ao Brasil o papel que historicamente não quis assumir, o de líder da região, as visões contrárias a esta idéia nos dois principais países da região prejudicam esta tentativa, uma vez que os dois países atuarão de forma a evitar, sempre que possível, que o Brasil assuma este papel. E, como para que haja uma liderança é essencial a aceitação desta situação por parte dos liderados, parece que o Brasil vai demorar algum tempo ainda até conseguir este papel de líder na região de forma reconhecida. Esta atitude da Argentina e da Venezuela acabam por trazer malefícios não só para o Brasil, mas também para a região, já que um representante consensual que pudesse se pronunciar em foros internacionais em nome de todos os países da região – ou mesmo que todos os países falassem como um bloco – teria mais poder de barganha perante outros países, principalmente os desenvolvidos, e facilitaria a obtenção de possíveis ganhos para os países da América do Sul. Este papel pode ser preenchido também por um processo integracionista, que facilitaria as negociações como um “ator único”.

Embora ainda não haja o consentimento dos dois países à liderança brasileira, tanto o governo de Néstor Kirchner quanto o de Hugo Chávez percebem como real a atual liderança brasileira na região, cuja aceitação seria o “destino” destes dois países. Esta percepção dos governantes deve-se às ações tomadas pelo governo brasileiro que, mesmo sem a aceitação tácita dos países – em grande medida pelas resistências encontradas no âmbito interno –, atua como o líder regional perante outros países, demonstrando não necessitar da aprovação de sua liderança nos discursos governamentais dos vizinhos para desempenhar uma espécie de hegemonia na região. A questão que fica pendente neste momento é saber se haverá uma adequação das políticas internas do Brasil às novas diretrizes de atuação da política externa brasileira, de forma a dar continuidade às políticas empreendidas pelo governo Lula, na busca da liderança regional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FONTES E DOCUMENTOS

ARBILLA, Danilo. Con Brasil en la Mira. **El Universal**. Caracas, 1 dez. 2005. Disponível em: <<http://www.eluniversal.com>>. Acesso em: 5 out. 2009.

_____. La Guerra del Mercosur. **El Universal**, Caracas, 7 fev. 2007. Disponível em: <<http://www.eluniversal.com>>. Acesso em: 5 out. 2009.

_____. Paisitos. **Globovisión**. Caracas, 4 set. 2009. Disponível em: <<http://www.globovision.com/news.php?nid=126472#>>. Acesso em: 30 set. 2009.

BIELSA, Rafael A. **Discurso em Celebração do Dia do Diplomata**. 29 set. 2003. Disponível em: <<http://www.mrecic.gov.ar/portal/cancilleria/discursos/bielsa/d040929.-html>>. Acesso em: 20 out. 2009.

BLETA, Atílio. La Tensión que Prevén con el FMI Apuró el Acuerdo Kirchner-Lula. **Clarín**. 29 fev. 2004. Disponível em: <<http://www.clarin.com/diario/2004/02/29/p-00301.htm>>. Acesso em: 21 out. 2009.

BOERSNER, Demétrio. El Vice-Império. **Analítica.com**. 29 mar. 2008. Disponível em: <<http://www.analitica.com/va/internacionales/opinion/5129041.asp>>. Acesso em: 30 set. 2009.

_____. El Lider no Será Chávez. **Analítica.com**. 20 dez. 2008. Disponível em: <<http://www.analitica.com/va/politica/opinion/3071655.asp>>. Acesso em: 30 set. 2009.

BORJAS, Robert Carmona. Pretensiones Indebidas. **El Universal**, Caracas, 25 jul. 2007. Disponível em: <<http://www.eluniversal.com>>. Acesso em: 6 out. 2009.

BRASIL ve más Allá de sus Enormes Reservas Petrolíferas y Va por la "Integración Eléctrica". **Urgente 24**. 24 set. 2009. Disponível em: <[http://www.urgente24.com/index.php?id=ver2&tx_ttnews\[tt_news\]=129528&cHash=6143d19f3c](http://www.urgente24.com/index.php?id=ver2&tx_ttnews[tt_news]=129528&cHash=6143d19f3c)>. Acesso em: 10 out. 2009.

CALLE, Fabián. Brasil-Argentina: no Más Disputas por el Liderazgo. **Clarín**, 16 jun. 2005. Disponível em: <<http://www.clarin.com/diario/2005/06/16/opinion/o-996404.htm>>. Acesso em: 21 nov. 2009.

CARBONE, Florencia. La Comunidad Sudamericana Provoca Dudas en Especialistas. **La Nación**, 14 nov. 2004. Disponível em: <http://www.lanacion.com.ar/nota.asp?nota_id=653935>. Acesso em: 22 out. 2009.

CHÁVEZ FRÍAS, Hugo Rafael. **Conferência de Imprensa**. 5 nov. 2005. Disponível em: <<http://www.minci.gob.ve/alocuciones/4/>>. Acesso em: 13 out. 2009.

_____. **Conferência de Imprensa**. 30 nov. 2006. Disponível em: <<http://www.minci.gob.ve/alocuciones/4/>>. Acesso em: 13 out. 2009.

_____. **Rodada de Imprensa com Meios de Comunicação Nacional e Internacional após sua Reeleição**. 5 dez. 2006. Disponível em: <<http://www.minci.gob.ve/alocuciones/4/>>. Acesso em: 13 out. 2009.

_____. **Discurso de Juramentação do Presidente para o Período 2007-2013**. 10 jan. 2007. Disponível em: <<http://www.minci.gob.ve/alocuciones/4/>>. Acesso em: 13 out. 2009.

_____. **Discurso na Assinatura de Acordos com a Argentina**. 21 fev. 2007. Disponível em: <<http://www.minci.gob.ve/alocuciones/4/>>. Acesso em: 13 out. 2009.

_____. **Declarações no Fim da III Cúpula da OPEP**. 18 nov. 2007. Disponível em: <<http://www.minci.gob.ve/alocuciones/4/>>. Acesso em: 13 out. 2009.

CHÁVEZ: Suramérica "Será una Gran Potencia Mundial". **TeleSur**, Caracas, 26 maio 2009. Disponível em: <<http://www.telesurtv.net/noticias/secciones/nota/50719-NN/chavez-suramerica-sera-una-gran-potencia-mundial/>>. Acesso em 4 out. 2009.

CISNEROS, Andrés. Brasil Nunca nos Mintió. **La Nación**, 12 maio 2005. Disponível em: <http://www.lanacion.com.ar/nota.asp?nota_id=703407>. Acesso em: 22 out. 2009.

CRESPO, Raul. Lula y Chávez Compiten. **Aporrea.org**. 10 set. 2009. Disponível em: <<http://www.aporrea.org/actualidad/a86343.html>>. Acesso em: 4 out. 2009.

DE LA BALZE, Felipe. El Mercosur Tiene un Serio Talón de Aquiles. **Clarín**, 22 ago. 2004. Disponible em: <<http://www.clarin.com/diario/2004/08/22/opinion/o-02802.htm>>. Acceso em: 21 out. 2009.

DUHALDE Sostuvo que Lula es el Principal Líder del Mercosur. **Clarín**, 12 jul. 2004. Disponible em: <<http://www.clarin.com/diario/2004/07/12/elpais/p-793215.htm>>. Acceso em: 21 out. 2009.

ESNAL, Luis. El Precio del Liderazgo Regional. **La Nación**, 20 jun. 2004. Disponible em: <http://www.lanacion.com.ar/nota.asp?nota_id=611605>. Acceso em: 22 out. 2009.

_____. Brasil y Venezuela Lanzas una Ambiciosa Alianza Estratégica. **La Nación**, 15 fev. 2005. Disponible em: <http://www.lanacion.com.ar/nota.asp?nota_id=679750>. Acceso em: 22 out. 2009.

ETANOL y Petróleo, las Armas de Lula y Chávez en una Disputa de Liderazgos. **Infolatam.com**. 7 jul. 2007. Disponible em: <<http://www.infolatam.com/entrada.jsp?id=4765>>. Acceso em: 3 out. 2009.

FERNANDEZ y Chávez se preparan para reunión con Evo Morales. **El Nacional**, Caracas, 4 ago. 2008. Disponible em: <http://www.el-nacional.com/www/site-p_contenido.php?q=nodo/38627>. Acceso em: 5 out. 2009.

GELFENSTEIN, Sergio R. La Política Exterior de Barack Obama para América Latina y el Caribe. **Aporrea.org**. 17 fev. 2009. Disponible em: <<http://www.aporrea.org/tiburon/a72646.tml>>. Acceso em: 10 out. 2009.

GERBASI, Fernando. Chávez Busca Aislarse de la Comunidad Internacional. **Entrevista ao site**. Disponible em: <http://www.partidounnuevotiempo.org/cms/index.php?option=com_content&task=view&id=393&Itemid=5>. Acceso em 24 de setembro de 2009.

GERSCHENSON, Ana. El Brasil Hegemónico. El Gran Hermano del Norte. **La Nación**. 20 jun. 2004. Disponible em: <http://www.lanacion.com.ar/nota.asp?nota_id=611595>. Acceso em: 22 out. 2009.

_____. Un Lugar en el Mundo. Diplomacia Estilo K. **La Nación**. 17 nov. 2003. Disponible em: <http://www.lanacion.com.ar/nota.asp?nota_id=545458>. Acceso em: 22 out. 2009.

GESTOS de Unidad entre Kirchner, Lula y Chávez. **La Nación**, 2 mar. 2005. Disponível em: <http://www.lanacion.com.ar/nota.asp?nota_id=683900>. Acesso em: 22 out. 2009.

GOSMAN, Eleonora. Bielsa Denuncia Presiones de los Países Ricos sobre los Pobres. **Clarín**, 8 set. 2003. Disponível em: <<http://www.clarin.com/diario/2003/09/06/e-01001.htm>>. Acesso em: 21 out. 2009.

GRONDON, Mariano. Brasil se nos Escapa: ¿Hacia Dónde Iremos?. **La Nación**, 8 maio 2005. Disponível em: <http://www.lanacion.com.ar/nota.asp?nota_id=702391>. Acesso em: 22 out. 2009.

GUERRERO, Modesto E. La Frontera Argentina de Chávez. **Página 12**, Buenos Aires, 3 ago. 2008. Disponível em: <<http://www.pagina12.com.ar/diario/elmundo/4-108954-2008-08-03.html>>. Acesso em: 10 out. 2009.

IBARRA: el Encuentro entre Kircher y Lula "Abre una Nueva Visión Regional". **La Nación**, 20 out. 2003. Disponível em: <http://www.lanacion.com.ar/nota.asp?nota_id=536810>. Acesso em: 22 out. 2009.

INOJOSA, Jesús. Presidente Chávez Aboga por un Brasil Convertido en Potencia Mundial. **Agencia Bolivariana de Noticias (ABN)**, Caracas, 18 jul. 2008. Disponível em: <<http://www.abn.info.ve>>. Acesso em: 30 set. 2009.

KIRCHNER, Néstor. **Discurso no Ato de Assinatura de Acordos com o Brasil**. 16 out. 2003. Disponível em: <http://www.casariosada.gov.ar/index.php?option=com_content&task=view&id=4072>. Acesso em: 20 out. 2009.

LA REFORMA de la ONU. **La Nación**. Editorial III, 3 nov. 2004. Disponível em: <http://www.lanacion.com.ar/nota.asp?nota_id=650583>. Acesso em: 22 out. 2009.

MAC KAY, María L. Kirchner Volvió antes de Brasil con Gestos, pero sin Respuestas. **Clarín**, 11 maio 2005. Disponível em: <<http://www.clarin.com/diario/2005/05/11-/elpais/p-00301.htm>>. Acesso em: 21 out. 2009.

PÉREZ LLANA, Carlos. El Futuro del Pasado. **La Nación**, 1 ago. 2006. Disponível em: <http://www.lanacion.com.ar/nota.asp?nota_id=827776>. Acesso em: 22 out. 2009.

PINEDA, Julio César. Brasil Apuesta por el Mundo Árabe. **El Universal**, Caracas, 11 maio 2005. Disponível em: <<http://www.eluniversal.com>>. Acesso em: 5 out. 2009.

_____. La Diplomacia entre el Petróleo y el Etanol. **El Universal**, Caracas, 19 abr. 2007. Disponible em: <<http://www.eluniversal.com>>. Acceso em: 6 out. 2009.

PRESIDENTE Chávez Ratificó Necesidad de la Unidad Latinoamericana. **Agencia Bolivariana de Noticias**, Caracas, 26 ago. 2007. Disponible em: <<http://www.abn.info.ve/noticia.php?articulo=101461&lee=16>>. Acceso em: 3 out. 2009.

PRESIDENTE Chávez: “el Liderazgo de Brasil es Importante, pero no el Único”. **Aporrea.org**. 17 dez. 2008. Disponible em: <<http://www.aporrea.org/-venezuelaexterior/n125702.html>>. Acceso em: 5 out. 2009.

ROMERO, María Teresa. Entre Lula y Chávez. **El Universal**, Caracas, 29 dez. 2004. Disponible em: <<http://www.eluniversal.com>>. Acceso em: 6 out. 2009.

_____. El Gigante se Despierta. **El Universal**, Caracas, 17 maio 2006. Disponible em: <<http://www.eluniversal.com>>. Acceso em: 6 out. 2009.

_____. Chávez se Proyectó como Líder Mundial de la Izquierda. **El Universal**, Caracas, 25 dez. 2006. Disponible em <<http://www.eluniversal.com>>. Acceso em: 6 out. 2009.

SIGAL, Eduardo. Brasil y Argentina, una Alianza Estratégica. **La Nación**, 29 mar. 2004. Disponible em: <http://www.lanacion.com.ar/nota.asp?nota_id=587098>. Acceso em: 22 out. 2009.

SOLÁ, Joaquín M. Final Anticipado para un Frágil Mercosur. **La Nación**, 3 maio 2006. Disponible em: <http://www.lanacion.com.ar/nota.asp?nota_id=802471>. Acceso em: 22 out. 2009.

_____. Ya Empezó el Cambio en Política Exterior. **La Nación**, 21 nov. 2007. Disponible em: <http://www.lanacion.com.ar/nota.asp?nota_id=964162>. Acceso em: 22 out. 2009.

TOKATLIAN, Juan G. Un Escollo para la Amistad con Brasil. **La Nación**, 12 set. 2006. Disponible em: <http://www.lanacion.com.ar/nota.asp?nota_id=839677>. Acceso em: 22 out. 2009.

VAN DER KOOY, Eduardo. Chávez Puede Desafiar el Liderazgo de Kirchner y Lula **Clarín**, 22 jul. 2006. Disponible em: <<http://www.clarin.com/diario/2006/07/22/-elpais/p-00401.htm>>. Acceso em: 21 out. 2009.

LIVROS E ARTIGOS

ALBUQUERQUE, José A. G. A Política Externa do Governo Fernando Henrique Cardoso. In: ALBUQUERQUE, José A. G; Seitenfus, Ricardo; Nabuco Sérgio H. (Orgs.). **Crescimento, Modernização e Política Externa – Sessenta Anos de Política Externa Brasileira (1930-1990)**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006. v. 1. 559 p.

AMORIM NETO, O. De João Goulart a Hugo Chávez: a Política Venezuelana à Luz da Experiência Brasileira. In: GUIMARÃES, S., CARDIM, C. H. (orgs). **Venezuela: Visões Brasileiras**. Brasília: IPRI, 2003.

ARANDA, Ramón A. La política exterior argentina: de Menem a Kirchner. **Revista Relaciones Internacionales**, IRI, UNLP, v. 13, n. 27, p. 39-58, 2004.

ARRIGHI, Giovanni. **O Longo Século XX**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Editora UNESP, 2006.

AZEREDO, Mauro M. de. A Crise da Democracia Venezuelana. Relações com os Estados Unidos. In: GUIMARÃES, S., CARDIM, C. H. (orgs). **Venezuela: Visões Brasileiras**. Brasília: IPRI, 2003.

BERNAL-MEZA, Raúl. Política Exterior Argentina: de Menem a De la Rúa ¿Hay una nueva política? In: **Revista São Paulo em Perspectiva**, São Paulo: Fundação SEADE, v. 16, n. 1, p. 74-93, 2002

_____. Venturas e Desventuras de la Argentina: los Cambios de Paradigma de Política Exterior y su Relación con los Modelos de Inserción. In: MARTINS, Estevão (org.). **Relações internacionais: Visões do Brasil e da América Latina**. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, 2003.

_____. Argentina y Brasil en la Política Internacional: regionalismo y Mercosur (estrategias, cooperación y factores de tensión). In: **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília: IBRI. vol.51, n.2, p.154-178. 2008.

BOERSNER, Demétrio. **Relaciones Internacionales de América Latina**. Caracas: Nueva Sociedad, 1991.

CALLE, Fábian, MERKE, Federico. ¿Vientos de cambio en la política exterior argentina? **Boletín ISIAE**, año 10, n. 43, oct. 2007. Disponível em: <<http://www.cari.org.ar/pdf/boletin43.pdf>>. Acesso em: 2 nov. 2009.

CARDIM, Carlos Henrique (org.). **Brasil-Argentina: a Visão do Outro: Soberania e Cultura Política**. Brasília: IPRI/FUNAG, 2003.

CARMO, Corival A. Confrontando o Subdesenvolvimento e a Dependência: a Venezuela de Hugo Chávez. In: CARMO, Corival A, BARROS, Pedro S, MONTEIRO, Leonardo V. **Prêmio América do Sul 2007: Venezuela: Mudanças e Perspectivas**. Brasília: FUNAG, 2007. 178 p.

CERVO, Amado L. A Política Exterior da Argentina: 1945-2000. In: GUIMARÃES, Samuel P. (org.). **Argentina: Visões Brasileiras**. Brasília: IPRI/ FUNAG, 2000. 308 p.

_____. **Relações Internacionais da América Latina: Velhos e Novos Paradigmas**. Brasília: IBRI, 2001. 320 p.

_____. A Venezuela e seus Vizinhos. In: GUIMARÃES, S., CARDIM, C. H. (orgs.). **Venezuela: Visões Brasileiras**. Brasília: IPRI, 2003.

_____. A Política Exterior da Venezuela. In: ARAUJO, Heloísa V. de (org). **Os Países da Comunidade Andina**. Brasília: FUNAG / IPRI, 2004.v.1.

_____, BUENO, Clodoaldo. **História da Política Exterior do Brasil**. Brasília: Editora da UnB, 2002, 2ª ed.

COLOMBO, Sandra, PIÑERO, Fernando. La Política Exterior Argentina Durante el Gobierno de Fernando de la Rúa: ¿más de lo mismo? In: **Revista Cena Internacional**. Brasília: iREL-UnB, v. 3, n. 2, p. 201-220, 2001.

CORIGLIANO, Francisco. Desafíos para la política exterior argentina a partir del 2008. **Boletín ISIAE**, año 10, n. 43, oct. 2007. Disponível em: <<http://www.cari.org.ar/pdf/boletin43.pdf>>. Acesso em: 2 nov. 2009.

FRECHERO, Ignacio. Política Exterior Argentina: La Relación Bilateral con los Estados Unidos en el Marco de la Guerra Contra el Terrorismo. **Centro Argentino de Estudios Internacionales**. Programa Política Exterior Argentina. Disponível em: <<http://www.caei.com.ar/es/programas/pea/09.pdf>>. Acesso em: 7 nov. 2009.

GARRETÓN M., Manuel A. Modelos y Liderazgos en América Latina. In: **Revista Nueva Sociedad**. Caracas: Ed. Nueva Sociedad, n. 205, p. 102-113, Sept.-Oct. 2006.

GUIMARÃES, Samuel P. **Quinhentos Anos de Periferia**. 4ª ed. Porto Alegre: Editora da Universidade (UFRGS)/Contraponto, 2002.

LESSA, Antônio Carlos. A Venezuela e a Integração Regional. In: ARAUJO, Heloísa V. De (org). **Os Países da Comunidade Andina**. Brasília: FUNAG / IPRI, 2004.v.1.

MONTEIRO, Leonardo V. A Política Externa Venezuelana no Século XXI: Novos Olhares, Antigas Amarras e a Integração Sul-Americana como a Principal Saída para o Desenvolvimento. In: CARMO, Corival A, BARROS, Pedro S, MONTEIRO, Leonardo V. **Prêmio América do Sul 2007: Venezuela: Mudanças e Perspectivas**. Brasília: FUNAG, 2007. 178 p.

PARADISO, José. **Um Lugar no Mundo: a Argentina e a Busca de Identidade Internacional**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. 303 p.

PINTO COELHO, Pedro M. Observações sobre a Visão Argentina da Política Internacional de 1945 até Hoje. In: GUIMARÃES, Samuel P. (org.). **Argentina: Visões Brasileiras**. Brasília: IPRI/ FUNAG, 2000. 308 p.

RAPOPORT, Mario, SPIGUEL, Claudio. **Política Exterior Argentina: Poder y Conflictos Internos (1880-2001)**. Buenos Aires: Capital Intelectual, 2005. 95 p.

ROMERO, Carlos A. La Crisis Política en Venezuela. In: ARAUJO, Heloísa V. De (org). **Os Países da Comunidade Andina**. Brasília: FUNAG / IPRI, 2004.v.1.

_____. Venezuela: de um Sistema Político a Outro. In: **Revista Diplomacia, Estratégia e Política**, Brasília: Projeto Raul Prebisch, v. 1, n. 2. Jan.-mar. 2005.

_____. **Jugando con el Globo: la Política Exterior de Hugo Chávez**. Caracas: Ediciones B, 2006. 230 p.

ROMERO, María Teresa. **Política Exterior Venezolana: El Proyecto Democrático, 1958-1998**. Venezuela: Los libros de El Nacional, 2002.

_____, CARDOSO, Elsa. Aproximación a la Propuesta Internacional de Hugo Chávez: las Concepciones de Democracia e Integración. In: **Revista Venezolana de Análisis de Coyuntura**. Caracas, Venezuela, año VIII, n 1. p. 152-173, Enero-jun. 2002.

RUSSELL, Roberto, TOKATLIAN, Juan G. **El Lugar de Brasil en la Política Exterior Argentina**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2003. 123 p

_____. A Crise na Argentina e as Relações com o Brasil e os Estados Unidos: Continuidade e Mudança nas Relações Triangulares. **Contexto Internacional**. Rio de Janeiro, v.26, n. 1, pp.107-148, jan./jun. 2004.

SARAIVA, Miriam G. Brasil e Argentina: política externa para América Latina em tempos recentes. **Revista Cena Internacional**, Brasília: iREL-UnB, ano 7, n. 2, p. 124-134, dez. 2005.

TAIANA, Jorge. Objetivos e Desafios da Política Exterior Argentina. In: **Revista Diplomacia, Estratégia e Política**, Brasília: Projeto Raul Prebisch, n. 4. abr.-jun. 2006

TINI, María N., PICAZO, María V. Argentina, 2007: Reflexiones sobre el Modelo de Inserción. **Centro Argentino de Estudios Internacionales**. Programa Política Exterior Argentina. Disponible em: <<http://www.caei.com.ar/es/programas/pea/13.pdf>>. Acesso em: 7 nov. 2009.

TOKATLIAN, Juan G. **Hacia una Nueva Estrategia Internacional: el Desafío de Néstor Kirchner**. 1ª ed. Buenos Aires: Grupo Editorial Norma, 2004. 214 p.

URRUTIA, Edmundo G. Las Dos Etapas de la Política Exterior de Chávez. In: **Revista Nueva Sociedad**. Caracas: Ed. Nueva Sociedad. n. 205, p. 159-171, Sept.-Oct. 2006.

VADEL, Javier. La Argentina de Kirchner: el Retorno del Estado en el Siglo XXI y sus Implicaciones en la Política Externa. **Análise de Conjuntura**, Rio de Janeiro, n. 6, jun. 2008.

VALERO, Jorge. La Dimensión Multilateral de la Política Exterior Venezolana. In: **Revista Política Exterior y Soberanía**. Caracas, Venezuela, año 1, n. 3. p. 69-72, Oct.-Dic. 2006.

VIZENTINI, Paulo F. Venezuela e Brasil na Política Internacional : um Ensaio Exploratório. In: GUIMARÃES, Samuel P (org). **Brasil e Venezuela: Esperanças e Determinação na Virada do Século**. Brasília : Ipri, 1995.

_____. A Política Externa da Venezuela frente à Globalização (1989 – 2001). In: GUIMARÃES, S., CARDIM, C. H. (orgs). **Venezuela: Visões Brasileiras**. Brasília: IPRI, 2003a.

_____. A Política Externa Brasileira em Transição: do Desenvolvimentismo ao Neoliberalismo. In: MARTINS, Estevão C. R. (org.). **Relações Internacionais: Visões do Brasil e da América Latina**. Brasília: IBRI, 2003b.